

91
14.
23.

RELATÓRIO E CONTAS 2018



Índice

Introdução	3
A Empresa e Órgãos Sociais	4
Objeto Social	10
Missão, Visão e Valores	12
As prioridades para o Quadriénio 2016/2019	14
Envolvente Externa	19
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	27
A Frota, Cronograma e Rotas	40
Ano 2018 em análise:	45
Operação Global	62
Direção Comercial	64
Direção de Operação e Recursos Humanos	78
Direção de Sistemas de Informação	85
Direção de Manutenção	87
Análise Económica e Financeira	90
Proposta de aplicação de resultados	108
Anexo - Agenda das Atas do Conselho de Administração	109



Introdução

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 14º do Pacto Social, bem como dos art.º 15º e 16º do Decreto Legislativo Regional n.º7/2008/A, de 24 de março, vem o Conselho de Administração da Atlânticoline, S.A., apresentar o ***Relatório de Gestão*** e os ***documentos de prestação anual de contas***, referentes ao ***ano de 2018***.

8/11/11

A EMPRESA E OS ÓRGÃOS SOCIAIS



A Empresa

Sede Social e Escritórios:

- A Atlânticoline, S.A., está sediada na Rua Conselheiro Miguel da Silveira, n.º 31, na Horta, ilha do Faial e mantém os seus escritórios em Ponta Delgada, sito à Gare Marítima do Terminal Oceânico – Portas do Mar – Avenida Infante D. Henrique, 9500-770 Ponta Delgada;
- Tem uma rede própria de lojas/atendimento ao público, em Ponta Delgada, Horta, Madalena, São Roque e Velas e também em Angra do Heroísmo e Calheta, estas duas últimas apenas nos meses de verão;
- A Atlânticoline, S.A. usufrui da rede de atendimento presencial e de venda da RIAC – Rede Integrada de Apoio ao Cidadão, através de um protocolo assinado com esta instituição, com cerca de 54 lojas espalhadas pelo arquipélago dos Açores, das quais 3 são de venda direta nos portos da Vila do Porto (Santa Maria), Vila da Praia (Graciosa) e Praia da Vitória (Terceira).

Estrutura Acionista

Capital, Estrutura Acionista e Participações noutras Empresas:

- Capital Social: 7.145.400,00€ – Sociedade Anónima (S.A.);

Acionistas

- 6.000.000,00€ (1 milhão e 200 mil ações) – 83,97% do capital detido pela “Portos dos Açores, SGPS, S.A.”
- 1.145.400,00€ (229 mil e 80 ações) – 16,03% do capital detido pela “Região Autónoma dos Açores”



Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Carlos Manuel Redondo Faias, Presidente do Conselho de Administração da Atlânticoline, desde dezembro de 2016. Mestre em Gestão, com especialização em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, foi Diretor Regional da Habitação nos X e XI Governos Regionais dos Açores, entre dezembro de 2008 e novembro de 2016. Foi docente na Universidade dos Açores – Departamento de Economia e Gestão, na qualidade de assistente e coordenador do Centro de Empreendedorismo desta Universidade. Tem experiência profissional empresarial nas áreas da Gestão, do Turismo, e Economia Solidária.

Luís Paulo de Oliveira Morais, Vogal Executivo, concluiu em 1981 a escolaridade na área de estudos Humanísticos, vocacionada para o Jornalismo-Turismo. Ao longo da vida, frequentou diversos cursos profissionais relacionados com a área marítima e de gestão portuária. Foi vogal do Conselho de Administração da Atlânticoline, SA, de 2005 a 2008. De 2011 até janeiro de 2014 foi chefe do Departamento de Operações Portuárias acumulando também a chefia do Departamento de Operações não Portuárias da Direção Geral dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental da Portos dos Açores, SA. De 2011 a 2015 ocupou o cargo de gerente da empresa Transmaçor. Desde Fevereiro de 2014 ocupa o cargo de vogal do conselho de Administração da Atlânticoline.

César Augusto Formiga da Cruz, Vogal não executivo, termina, em novembro de 1992, os três primeiros anos do Curso Superior de Pilotagem, na Escola Náutica Infante D. Henrique, equiparado ao grau de Bacharel. Desempenha a função de Piloto, sendo nomeado para o cargo de chefia do Departamento de Pilotagem, da atual Portos dos Açores, S.A., em Julho de 2009. Em 2011 assumiu as funções de vogal não executivo da Atlânticoline, até à data.

Órgãos Sociais

Competências do Conselho de Administração (resumo):

- Gerir os negócios e praticar todos os atos e operações inseridos no objeto social;
- Elaborar os planos anuais e plurianuais de investimento;
- Elaborar o orçamento e suas alterações, bem como outros documentos previsionais, anuais ou plurianuais;
- Elaborar o relatório de gestão e contas do exercício, bem como a proposta de aplicação de resultados;
- Efetuar os seguros pessoais, patrimoniais ou outros necessários;
- Estabelecer a organização técnico-administrativa da sociedade e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre os empregados e sua remuneração;
- Nomear e exonerar os responsáveis pelos serviços, bem como admitir, contratar e exonerar o pessoal necessário ao desempenho das tarefas;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, alienar ou onerar bens e direitos, móveis e imóveis;
- Decidir sobre a participação no capital social de outras sociedades;
- Constituir mandatários para o exercício de atos determinados;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei especial ou pela Assembleia Geral.

Mesa da Assembleia Geral:

Mário Lourenço Duarte Miranda – Presidente

Fernanda Assunção Vieira Ferreira - Secretária

Competências da Assembleia Geral (resumo):

Nos termos do artigo 12.º do Pacto Social, a Assembleia Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei ou os estatutos lhe atribuem competência.

Compete, em especial, à Assembleia Geral:

- Apreciar o relatório do Conselho de Administração, discutir e votar o balanço, as contas e o relatório e parecer do Fiscal Único e deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- Aprovar os planos anuais e plurianuais de investimento;
- Aprovar o orçamento de exploração e de investimentos anual;
- Eleger e exonerar os membros da mesa da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e o Fiscal Único e o seu suplente;
- Deliberar sobre quaisquer alterações dos Estatutos e aumentos de capital;
- Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos;
- Autorizar a aquisição, a oneração e a alienação de imóveis e a realização de investimentos quando o respetivo valor exceda o limite a fixar anualmente em Assembleia Geral e não estejam contempladas na segunda e terceira alínea;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações ou outros títulos de dívida;
- Deliberar sobre a emissão ou conversão de ações ou outros títulos em forma meramente escritural.




Fiscal Único:

UHY & Associados, SROC, Lda. representada por Manuel Luís Fernandes Branco, ROC - Fiscal Único
António Tavares de Oliveira, ROC – Suplente do Fiscal Único

Competências do Fiscal Único (resumo):

Além das competências constantes da lei geral, cabe, em especial, ao Fiscal Único:

- Examinar, sempre que julgue conveniente, e pelo menos uma vez por mês, a escrituração da sociedade;
- Acompanhar o funcionamento da sociedade e o cumprimento das leis, dos estatutos e dos regulamentos que lhe forem aplicáveis;
- Assistir a reuniões do Conselho de Administração, sempre que o entenda conveniente ou para tal for convocado;
- Pedir a convocação extraordinária da Assembleia Geral, quando o entenda necessário;
- Emitir parecer sobre o orçamento, o balanço, o inventário e as contas anuais;
- Solicitar ao Conselho de Administração a apreciação de qualquer assunto que entenda dever ser ponderado;
- Pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

H. B. B.

OBJECTO SOCIAL

- A Atlânticoline tem como objeto social a *exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque e a gestão náutica e comercial de navios*, em toda a Região Autónoma dos Açores, em todo o território nacional e estrangeiro;
- Na prossecução do seu objeto social a sociedade pode *explorar navios próprios ou de terceiros*, como afretador a tempo ou em casco nu, com ou sem opção de compra, como locatário, ou ainda como fretador a tempo ou à viagem;
- A Atlânticoline poderá, ainda, exercer a sua atividade comercial, em *todas as áreas direta ou indiretamente ligadas aos transportes marítimos*, nomeadamente a exploração de portos, cais, marinas e respetivos estabelecimentos comerciais integrantes ou anexo, prestação de serviços a embarcações marítimas de transportes, serviços de restauração e hotelaria a bordo de navios e, ainda, serviços de formação, consultadoria e assessoria nas áreas conexas com a sua atividades principal e desde que devidamente habilitada.

8/15-
[Handwritten signature]

MISSÃO, VISÃO E VALORES



○ *Missão*

Assegurar um serviço de transporte marítimo de pessoas e veículos, com *segurança e fiabilidade*, contribuindo para o desenvolvimento económico e social dos Açores enquanto região e de cada uma das suas ilhas em particular;

○ *Visão*

Ser a *referência* no transporte marítimo de pessoas e veículos na Região Autónoma dos Açores;

○ *Valores*

Ambição; Competência; Disponibilidade para a mudança; Ética; Inovação; Isenção; Otimização de recursos; Orientação para o cliente; Responsabilidade (social e ambiental); Rigor; Segurança;

Handwritten signature

AS PRIORIDADES PARA O QUADRIÊNIO 2016-2019

H
J
E

As prioridades para o quadriénio 2016-2019

- Numa região arquipelágica como são os Açores, onde as acessibilidades são um fator crítico para o sucesso do seu desenvolvimento, a Atlânticoline tem vindo, e continuará, a *cumprir a prestação do serviço público para o qual foi criada há mais de 10 anos – aproximar as ilhas e os residentes pela via marítima*, de forma segura e fiável, contribuindo para o seu progresso económico e social;
- A Atlânticoline posiciona-se, igualmente, como parceiro privilegiado para o setor do turismo. Porém, face aos resultados alcançados e aos indicadores estatísticos, esta empresa ainda não tirou o verdadeiro partido do crescimento dos afluxos turísticos à Região. Assim, a Administração da Atlânticoline define como prioridades para o quadriénio 2016-2019, a *consolidação do mercado interno e o desenvolvimento de uma política comercial dirigida para o incremento do transporte de visitantes*.

As prioridades para o quadriénio 2016-2019

Objetivos e Orientações

Garantia da Satisfação de um Serviço Público:

- Concretizar a missão para a qual foi criada a Atlânticoline, ou seja, a de prestar um serviço público orientado pela obtenção de satisfação de uma necessidade coletiva - a de disponibilizar transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas, nos Açores;
- Concorrer aos procedimentos concursais destinados a garantir a satisfação das obrigações de serviço público no âmbito do transporte regular e sazonal de passageiros e veículos. Para o efeito, a Atlânticoline disponibilizará a frota própria e, enquanto for necessário, através do recurso ao fretamento de navios.

Preocupação com o Equilíbrio Económico e Financeiro:

- Consubstanciar a atividade da Atlânticoline com base na previsibilidade, em função do planeamento previsional e de objetivos anuais mensuráveis, que permitam o contínuo acompanhamento e a avaliação, a análise de desvios, a correção ou a introdução de planos de contingência perante imprevistos, ou sempre que as premissas e o contexto sofram alterações;
- Desenvolver um contínuo esforço para otimizar a operação, conjugando as ações necessárias ao desenvolvimento económico e social e à coesão territorial da nossa Região, ou seja, atender às necessidades de todas e de cada uma das diferentes ilhas sem, contudo, prescindir de procurar o equilíbrio económico e financeiro da empresa;
- Manter uma contínua cultura organizacional de controlo, e sempre que possível, redução de custos;
- Procurar equilibrar a estrutura de financiamento da empresa e estabilizar os resultados anuais.

As prioridades para o quadriênio 2016-2019

Objetivos e Orientações

Reforço da Estratégia e Políticas Comerciais:

- Delinear um plano estratégico de marketing com o horizonte temporal do quadriênio 2016-2019, redefinindo as políticas comerciais, os objetivos anuais e os instrumentos promocionais e comunicacionais;
- Consolidar e fidelizar o mercado interno e desenvolver os esforços e os mecanismos para alcançar o mercado de visitantes, designadamente, os segmentos e nichos de mercado emergentes e com grande potencial de crescimento;
- Procurar, sempre que possível, diversificar ou otimizar as fontes de receita resultantes da exploração comercial, nomeadamente aproveitando, com inovação, a atual tendência de crescimento da procura;
- Desenvolver novos instrumentos comerciais assentes na tecnologia de informação e comunicação, apostando na venda on-line e reforçar o relacionamento e a política de comissionamento com os diversos agentes do trade, presencial ou através da web;
- Aumentar a previsibilidade da operação, sem nunca descurar os princípios da segurança dos tripulantes e dos passageiros, por forma a permitir uma programação antecipada, portanto em tempo útil, aos diversos *players* do segmento das ligações marítimas de passageiros e viaturas;
- Reforçar, na medida do possível, a comunicação, a imagem e as relações e acordos comerciais junto dos seu público-alvo, dos operadores e da comunidade em geral.



As prioridades para o quadriênio 2016-2019

Objetivos e Orientações

Melhoria da Imagem Empresarial e dos Serviços:

- Aperfeiçoar os procedimentos relativos à segurança e higiene no trabalho, por forma a uniformizar processos, a prevenir e a reduzir os incidentes laborais;
- Implementar um sistema de gestão da qualidade por forma a criar uma cultura organizacional para a qualidade de prestação de serviços e de relacionamento com os diversos stakeholders e com os stockholders;
- Implementar um sistema de registo e gestão da correspondência, bem como procedimentos internos de utilização e privilégios e de arquivo físico e eletrónico;
- Valorizar os recursos humanos através da aposta em formação profissional que culmine na prestação de um serviço de qualidade, seguro e acolhedor e nas ferramentas de gestão e de informação, que permitam a otimização dos recursos e da operação.

Operacionalidade da frota:

- Manter a frota própria do navio de 40 metros, “Gilberto Mariano”, o “Cruzeiro do Canal”, o “Cruzeiro das Ilhas” e a lancha Ariel operacionais para as ligações regulares;
- Concluir o processo de construção do navio substituto do “Mestre Simão” e introduzi-lo em operação no decurso do último trimestre de 2019;
- Reforçar a política de manutenção programada e preventiva, por forma a minimizar os períodos de imobilização, investindo num stock mínimo de peças sobressalentes;
- Responder às obrigações de serviço público para a operação sazonal com navios fretados, enquanto a Atlânticoline não dispuser de frota própria.

H.S.
E.S.

ENVOLVENTE EXTERNA

Envolvente Externa

- A nível mundial, e no que se refere ao turismo, as chegadas de turistas internacionais cresceram 6% no primeiro semestre de 2018, comparativamente com o período homólogo de 2017, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT).
- O *Tripadvisor* continua a ser umas das principais fontes de informação na decisão de compra para os mais de 324 milhões mensais de visitantes registados em 2017. Em maio de 2018 este website foi superado pelo *Booking.com*, considerado o mais utilizado pelos viajantes, tendo registado o recorde de mais de 443 milhões de visitantes, de acordo com o site da especialidade *Salecycle*.
- De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) o ano de 2018 registou o início de uma desaceleração no crescimento da economia internacional, estimando situar-se nos 3,7%, o que obrigou a rever as perspetivas económicas globais, com uma revisão em baixa da previsão de crescimento da economia mundial para 3,5% em 2019 e 3,6% em 2020. O aumento de tensões comerciais entre os Estados Unidos da América (EUA) e a China, na sequência do intensificar de políticas protecionistas, com origem, no ano de 2018, nos EUA com a imposição de tarifas alfandegárias sobre as importações de determinados produtos provenientes da China e também da União Europeia (UE), contribuíram para a evolução desfavorável do crescimento e do comércio mundiais.
- Segundo o FMI a China anunciou que em 2018 teve um crescimento económico de 6,6% em 2018, o mais fraco desde 1990. Já o crescimento das economias avançadas, especialmente dos países que utilizam o euro, abrandou de forma mais rápida que o previsto (em 2018 o crescimento da Zona Euro fica-se pelos 1,8%, influenciada negativamente pela economia Alemã, penalizada pela descida da procura externa, especialmente do setor automóvel e pela incerteza do *Brexit*). Já as economias de países emergentes (4,6% crescimento em 2018) foram influenciadas negativamente pelas performances da Turquia e da Argentina, bem como pelo impacto das ações comerciais em relação à China e outras economias asiáticas desenvolvidas (6,5% em 2018).

Envolvente Externa

- De acordo com o Eurostat, em 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) da zona euro avançou 1,8% e o da UE 1,9%, registando-se um abrandamento face aos 2,4% registados em ambas as zonas em 2017. Segundo o Eurostat, a taxa de inflação na Zona Euro em dezembro de 2018 fixou-se nos 1,6%, o que significa que o nível de preços entre dezembro de 2017 e dezembro de 2018 aumentou 1,6%. Esta taxa de inflação no final de 2018 representa uma desaceleração à volta de 2% face aos valores que se verificaram nos meses anteriores. A principal causa está na desaceleração do crescimento dos preços da energia de 10% para 5,5% em dezembro. Excluindo a energia, a inflação da Zona Euro em dezembro seria de 1,1%. Registou-se uma estabilização no preço dos serviços (1,3%) e dos bens industriais não energéticos (0,4%).
- Em termos globais, as cinco economias identificadas pelo ranking como as mais competitivas mantêm-se, mas com trocas de posições em relação ao ano passado. Os EUA ocupam em 2018 a 1ª posição, subindo três lugares. Já Hong Kong desce para o 2º lugar, seguido das economias de Singapura (3º), Holanda (4º) e Suíça (5º). Nas alterações registadas nos cinco lugares cimeiros, apenas Singapura mantém a posição do ano anterior (3º).
- No que diz respeito aos demais lugares no Top 10 são ocupados, maioritariamente, por países nórdicos – Dinamarca, Noruega e Suécia (6.º, 8º e 9º lugares respetivamente) – que evidenciam uma boa performance no que respeita à produtividade do setor privado e às práticas de gestão. Por sua vez, a Áustria (18º) e a China (13º) avançam positivamente, com subidas de 7 e 5 lugares, respetivamente.
- A economia portuguesa foi a que registou uma maior subida no índice dos países da Europa Ocidental. O resultado "reflete a melhoria da avaliação da economia portuguesa nas quatro dimensões avaliadas: performance económica (+9); eficiência governamental (+6), eficiência nos negócios (+13) e infraestruturas (+1)".

Envolvente Externa

- O mesmo ranking indica também os cinco principais fatores-chave que mais peso têm na atratividade da economia portuguesa: a competitividade dos custos, a mão-de-obra qualificada, a qualidade das infraestruturas, a mentalidade aberta e atitude positiva, bem como o elevado nível de educação.
- Em Portugal e em 2018, o PIB aumentou 2,1% em volume, menos 0,7 pontos percentuais que o observado no ano anterior. Esta evolução resultou do contributo mais negativo da procura externa líquida, verificando-se uma desaceleração das Exportações de Bens e Serviços mais acentuada que a das Importações de Bens e Serviços, e do contributo positivo menos intenso da procura interna, refletindo o crescimento menos acentuado do Investimento.
- De acordo com o Eurostat, em 2017 o PIB *per capita* português em paridade de poder de compra comparativamente à Europa a 28 cifrou-se nos 77%, nível que se mantém idêntico desde 2011, à exceção dos anos de 2012 e 2013, em que foi inferior, aguardando-se a publicação dos dados da média anual de 2018.
- No que se refere à atividade turística destaca-se o facto de, em 2018, Portugal ter sido eleito o “Melhor Destino do Mundo” pelo segundo ano consecutivo. O país ganhou um total de 17 “óscares do turismo”, atribuídos pelos World Travel Awards (WTA). Em março de 2019, Portugal recebeu, pela primeira vez, o prémio de “Melhor Destino Sustentável da Europa”, uma distinção anunciada durante a ITB Berlim, a principal feira internacional do Turismo.
- A evolução positiva da economia Regional tem permitido, de forma crescente, a criação significativa de emprego, a descida do número de desempregados, o fortalecimento financeiro das empresas e empresários regionais e o surgimento de atividades empresariais privadas nos mais diversos domínios.

- Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística/ Serviço Regional de Estatística dos Açores (INE/SREA), no ano de 2018, a economia Regional deverá ter tido uma evolução positiva, a avaliar pela média anual do Indicador de Atividade Económica (IAE) (2,2%), refletindo a criação líquida de emprego e o desempenho dos diversos indicadores disponíveis, em que se destacam as dormidas nos alojamentos turísticos (+7,8%) e dos passageiros desembarcados (+3,6%). A taxa de desemprego anual fixou-se nos 8,6%, em redução de 0,4 p.p. face ao ano anterior, sendo a menor taxa anual da atual série do Inquérito ao Emprego, iniciada no 1º trimestre de 2011.
- De acordo com a mesma fonte, a taxa média de inflação foi de 0,6% em dezembro, idêntica à taxa média anual (a média nacional anual e do quarto trimestre de 2018 foi de 1%, registando uma diminuição de 0,4 p.p relativamente a setembro). A taxa homóloga anual foi nula, enquanto a taxa correspondente a nível nacional foi de 0,7%.
- Igualmente, e de acordo com o SREA, no comércio com o exterior da Região, verifica-se a evolução favorável em 2018: no conjunto do comércio internacional aumentaram as exportações (2%) e diminuíram as importações (-2%). A *Marca Açores*, ao destacar a qualidade, o carácter genuíno dos produtos açorianos, poderá ser considerada como um dos principais pilares impulsionadores da promoção interna e externa da Região. Trata-se da identificação da Região com uma marca sinónimo de qualidade, que diferencia o produto a partir dos atributos mais distintivos dos Açores.
- Nos últimos anos, os Açores têm vindo a registar um nível de desenvolvimento com a expressão no crescimento de diversos indicadores económicos e sociais, destacando-se o nascimento de novas empresas, nomeadamente no setor do turismo, o crescimento de fluxos turísticos, acima da média nacional e, consequentemente, no decréscimo da taxa de desemprego.

Envolvente Externa

- No quatro trimestre de 2018 destaca-se a continuidade da evolução favorável da economia Regional. No sector terciário, os indicadores relacionados com o turismo continuam com um comportamento bastante positivo. As dormidas crescem mais de 13% e os passageiros desembarcados ultrapassam os 5% (SREA).
- De acordo com o INE, as regiões que registaram maiores crescimentos nos principais indicadores turísticos foram o Norte, o Alentejo e os Açores. Em termos nacionais, as receitas do turismo aumentaram 9,6%, relativamente a 2017, atingindo os 16,6 mil milhões de euros, resultando num saldo da balança turística de 11,9 mil milhões de euros. Importa ter em conta que a relação entre o setor produtivo, a restauração, a gastronomia e o turismo tem vindo a estreitar-se, na medida em que estes últimos podem incrementar os serviços nas áreas urbanas, mas, paralelamente, contribuem para o desenvolvimento sustentável do meio rural, tornando-se um valioso instrumento de coesão social.
- Os Açores caracterizam-se pela estabilidade política, económica e social, pela existência de um dos sistemas de incentivos da União Europeia mais atrativo e abrangente, reduções e isenções de taxas e de impostos e benefícios fiscais, por congregarem uma sociedade caracterizada pela cultura tradicional e hospitaleira e, em simultâneo, inovadora e tecnologicamente desenvolvida e pela localização geográfica, que se constitui como uma verdadeira placa de apoio nas ligações aéreas entre o continente europeu e o americano. Nesta matéria importa ressaltar as acessibilidades instaladas que permitem a conectividade regular com as principais capitais europeias e com as principais cidades norte-americanas.

H. J. S.
A. J.

Envolvente Externa

- O pacote constituído pelos recursos naturais, pela preservação do meio ambiente, por um conjunto de produtos endógenos autênticos e associados a elevada qualidade, por uma cultura própria, rica e forte, e por toda uma fileira do setor do turismo distinta, diferenciadora e diversificada, afirma o carácter exótico do destino, fator de competitividade para os demais e que importa manter e reforçar.
- A esse propósito o website *Thrillist.com*, em outubro de 2018 classificou os Açores como o Havai da Europa, destacando a natureza, a não massificação turística e a proximidade ao continente Norte Americano, com ligações aéreas diárias. Já no final de 2018, a revista *Forbes* coloca Portugal no topo dos 10 países a visitar em 2019, destacando os Açores, por se assemelharem às paisagens sobrenaturais de *Avatar*, o famoso filme de ficção científica de James Cameron, quando em abril de 2017 esta mesma revista havia considerado as ilhas dos Açores como o Havai do Oceano Atlântico.
- Pelas características e localização do arquipélago dos Açores, a garantia de uma rede de transportes eficiente e otimizada é fundamental para a mobilidade bem como, através da mesma, para o desenvolvimento e para a coesão social, económica e territorial.
- É, hoje, inequívoca a necessidade da manutenção do serviço de transporte marítimo de passageiros e de viaturas a ligar as ilhas dos Açores, tornando, por essa via, as distâncias mais curtas e promovendo a mobilidade dos residentes e dos visitantes. Nos Açores, as ligações marítimas entre as ilhas são, portanto, indispensáveis no que se refere à mobilidade laboral, às trocas comerciais, ao fluxo turístico e às deslocações por motivos de saúde ou outros motivos.



Envolvente Externa

- A Atlânticoline tem, assim, um papel fundamental e uma missão imprescindível no assegurar da disponibilização generalizada de um serviço de transporte marítimo de passageiros e viaturas, com segurança e qualidade, garantindo a frequência, a preços acessíveis e adequados ao nível do poder de compra dos diversos segmentos de mercado.
- O transporte marítimo de passageiros, viaturas e mercadorias promove, por isso, a coesão territorial, dinamiza o mercado interno de forma genérica e, como referem os manuais de turismo, contribui para a afirmação dos Açores enquanto destino turístico, já que na génese da atratividade turística, para além dos recursos naturais, estão as infraestruturas e os equipamentos, nos quais se incluem os transportes.
- A Atlânticoline, em 2018, dando continuidade ao cumprimento do seu objeto social e da sua missão, no âmbito do contrato de Fornecimento de Serviço Público de Transporte de Passageiros e Viaturas nos Açores, e ligando todas as ilhas do arquipélago, no conjunto das suas operações regular e sazonal, transportou 559 503 passageiros e 29 672 viaturas.
- O ano de 2018 foi caracterizado por acontecimentos marcantes na vida da empresa, os quais tiveram implicações diretas na sua operação, obrigando a uma constante otimização da mesma de forma a responder aos padrões de segurança, conforto, qualidade e pontualidade que, ao longo dos anos, têm sido a imagem de marca e a referência desta empresa, e que serão detalhados ao longo deste relatório.

H. Jes.
ES

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Caras e Caros Stakeholders,

Caras e Caros Stockholders,

Volvido que está mais um ano é com a satisfação do dever cumprido que me dirijo a todos vós, depois de um ano marcado por acontecimentos que perturbaram a operação, mas que não abalaram a confiança da empresa, dos seus profissionais que diariamente colocam os seus melhores esforços para cumprir com o serviço público de transporte de passageiros e de viaturas e dos nossos clientes na escolha da Atlânticoline para garantirem a mobilidade interilhas, no Arquipélago dos Açores.

O ano de 2018 ficou caracterizado, em termos nacionais e de acordo com o INE, pela manutenção dos níveis de confiança dos consumidores apesar de se notar uma desaceleração económica no 4º trimestre. O indicador de clima económico também diminuiu nos dois últimos meses de 2018, depois de atingido em julho e agosto o valor máximo desde março de 2002, terminando o ano com uma média de 2,3%.

Na Região, e segundo informação estatística do SREA, a economia Regional terá registado uma evolução positiva, com o IAE a registar uma média anual de 2,2%, refletindo a performance positiva de vários indicadores económicos e a criação líquida de emprego. A taxa de desemprego média anual nos Açores foi de 8,6%, enquanto a nacional ficou-se pelos 7% para o mesmo período. No setor do turismo, as dormidas registaram uma variação positiva de 7,8% relativamente a 2017, quando nesse ano havia sido registada uma variação positiva de 15,8% e os passageiros desembarcados nos aeroportos um aumento de 3,6% face ao ano transato. No ano de 2018 a taxa de inflação foi de 0.6%, enquanto a nível nacional o valor médio foi de 1,0%.

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Com especial relevo para a operação da Atlânticoline é a flutuação do custo do combustível. Em 2018 o preço médio do metro cúbico de gasóleo para abastecimento da frota própria da Atlânticoline ascendeu a 647,61€, cuja amplitude variou entre os 529,07€ e os 723,95€. No que se refere ao fornecimento para os navios fretados para a operação sazonal, o preço médio do mesmo volume cifrou-se em 619,66€, com o valor mínimo de 596,83€ e máximo de 632,62€. Face a 2017 os valores dos preços médios representaram, respetivamente, incrementos de 13% e 23%. A empresa observa com preocupação a tendência de evolução do valor unitário do combustível para o ano de 2019, ainda que se perspetive um desaceleramento na curva de crescimento do preço.

No que se refere à atividade da Atlânticoline, S.A. o ano de 2018 ficou marcado pelas greves promovidas pelos marinheiros da empresa associados do SIMAMEVIP – Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Agências de Viagens, Transitários e Pesca, por contestação à revisão do Acordo de Empresa proposto, que se iniciaram na primeira semana do mês de janeiro e pelo encalhe do Navio Mestre Simão, no dia 06 de janeiro, que veio a resultar na perda total construtiva e no lançamento de uma empreitada de construção de um novo navio para substituição deste último, com a assinatura do contrato em 02 de maio de 2018.

Com um valor contabilístico de 8.049.720,00€ à data do encalhe, a apólice relativa ao seguro do casco, e após os resultados da peritagem terem considerado a embarcação Mestre Simão como perda total construtiva, permitiu indemnizar a Atlânticoline em 9.178.920,63€, no mês de fevereiro, não sem antes, em conjunto com os peritos da apólice de P&I, terem avaliado a possibilidade de remoção do navio até estaleiro, numa operação estimada até cerca de 6,5 milhões de euros e na reconstrução do mesmo, num valor estimado de 7.391.000,00€.

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Iniciado o procedimento de negociação direta com o estaleiro Armon, por ser aquele a quem havia sido adjudicada a construção dos dois navios ferry de 40 metros (Mestre Simão e Gilberto Mariano), após um procedimento concursal garantístico dos preceitos da livre concorrência e da despesa pública, por ter demonstrado a capacidade de resposta, com elevados padrões de qualidade, à encomenda que lhe foi adjudicada, pela experiência e conhecimentos acumulados na fase de projeto e de construção e, pelo aqui já referido, acrescido da disponibilidade imediata para iniciar os trabalhos, foi possível obter a cotação final de 10,198 milhões de euros, firmar o contrato e obter o Visto Prévio do Tribunal de Contas em 12 de junho de 2018, ainda que a tal não estivesse a Atlânticoline obrigada.

A decisão do Conselho de Administração da Atlânticoline de aplicação do valor da indemnização recebido pela perda do Mestre Simão na construção de um navio substituto, melhorado nas suas características, designadamente, acrescido de 1,2 metros no comprimentos fora-a-fora e de rampa em aço, ambos para permitirem o acréscimo do transporte de 7 viaturas, passando para um total de 15, algumas das quais até 5 toneladas, foi tomada após análise ao mercado internacional do shipping . Esta consulta não permitiu identificar alternativas de embarcações tecnicamente adequadas à operação nos portos do Triângulo nem ao valor de fretamento disponível para o efeito. Assim, ao invés de aplicar a indemnização em fretamento de navios por, no máximo, duas ou três temporadas, a Atlânticoline optou pelo investimento numa solução duradoura, desenhada e construída para as especificidades do nosso mar e dos portos servidos pelo novo navio.

A anterior decisão implicou a suspensão temporária da Linha Lilás enquanto se mantenha a ausência de um navio ropax ferry, por forma a não prejudicar mais o transporte de viaturas no Triângulo, cujo volume tinha vindo até ao ano de 2017 a registar um crescimento progressivo e consistente. A proposta de suspensão da Linha Lilás foi aceite pela entidade adjudicante do contrato de serviço público de transporte de passageiros e viaturas nos Açores - a RAA.

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Não obstante a anteriormente referida suspensão a Atlânticoline garantiu o transporte durante as principais festividades dos concelhos de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira e de Calheta, na ilha de São Jorge. Em 2017, a Linha Lilás tinha transportado 6 449 passageiros.

A Atlânticoline, em 2018, obteve um decréscimo no número de transporte de passageiros e viaturas, em comparação com o ano de 2017. Consideram-se atípicos os anos de 2017 e 2018. O primeiro, pela influência positiva da procura do transporte marítimo de passageiros por parte das autarquias locais e de instituições de solidariedade social para viagens, maioritariamente com jovens e idosos. O segundo pela redução desta procura, pela perda do navio “Mestre Simão” e pelas greves, que se registaram no período de 4 a 7 e janeiro, de 20 a 23 de maio e 5 a 8 de julho de 2018, tendo nestes períodos sido cumpridos os serviços mínimos fixados pelo Tribunal Arbitral, nos termos requeridos pela empresa, em função da necessidades sociais imperiosas de garantia de mobilidade por motivos laborais e de saúde, nas ilhas do Triângulo. Em relação a 2016, a Atlânticoline obteve em 2018 um crescimento de 0,82% no transporte de passageiros e 7,31% no transporte das viaturas.

Em 2018 foram transportados 559 503 passageiros e 29 672 viaturas, enquanto em 2017 haviam viajado a bordo dos navios operados pela Atlânticoline 586.110 passageiros e 30.409 viaturas, o que representa, respetivamente, uma redução de 4,5% e 2.4%, ou seja, menos 26.607 passageiros e 737 viaturas.

No que se refere à operação regular da Atlânticoline, na Linha Rosa, que liga as Ilhas de Flores e Corvo, foram dados 540 toques e transportados 4 199 passageiros, cujo volume, em 2017, havia sido respetivamente de 597 e de 4 354. O contributo para este decréscimo deveu-se aos 93 cancelamentos por condições meteorológicas e de mar adversas, que em 2018 cresceram 29% relativamente aos verificados no ano transato.

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Em resultado do esforço de otimização da operação no Triângulo, após a perda do navio Mestre Simão e à paragem do navio Gilberto Mariano para docagem por dois meses (janeiro e fevereiro), para revisão e certificação de casco e máquinas e da embarcação Cruzeiro das Ilhas, no mês de dezembro, para manutenção no casco e máquinas, na Linha Azul e na Linha Verde realizaram-se 5 751 toques. Na Linha Azul foram transportados 407 296 passageiros e 11 501 viaturas, o que corresponde a uma taxa de ocupação de 35% e 57%, respetivamente, e na Linha Verde 77 431 passageiros e 4 846 viaturas, o que corresponde, respetivamente, a uma taxa de ocupação de 23% e 61%.

Já na operação sazonal, que em 2018 decorreu entre 3 de maio e 29 de setembro, foram transportados 70 577 passageiros. Para a realização da Linha Amarela, que em 2018 teve 150 dias de operação, mais 20 que no ano anterior, foram fretados os navios convencional Aqua Jewel e de alta velocidade Mega Jet e transportaram-se 70 086 passageiros e 13 325 viaturas, representando, respetivamente um decréscimo de 1,6% e o aumento de 19,96%. Estes volumes correspondem a uma taxa de ocupação de 32% e 39%, respetivamente. No plano de exploração estavam previstos 577 toques, para o ano de 2018, tendo sido dados 586, quando em 2017 foram dados 551.

Em 2018 foram registadas 92 viagens canceladas entre os portos da Horta, Madalena, São Roque e Velas, das quais 55% foram cancelamentos relacionados com condições adversas à navegação em segurança e conforto para pessoas e bens e 45% com os períodos de greve. Destaca-se, que os navios fretados para a Linha Amarela apenas registaram 2 toques cancelados, derivados ao estado do mar impróprio para a navegação em condições de conforto, o que denota bem a boa performance dos mesmos no âmbito da respetiva operação.



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

No mês de outubro o fretador dos navios contratados para realizar a operação sazonal de 2018, e com eventual prorrogação para a operação de 2019, comunicou que não iria exercer a mesma para o fretamento do navio convencional. Em função de tal decisão a Atlânticoline encetou no mês de novembro um processo de consulta e convite ao mercado do shipping e posterior abertura de fase negocial, no limite da capacidade orçamental da empresa, para o fornecimento de um navio ferry ropax convencional, com as características que cumpram os requisitos do caderno de encargos que está na base com contrato das Obrigações de Serviço Público firmado com a Região. Trata-se de um procedimento com continuidade para o ano económico de 2019.

Ainda em termos operacionais, o ano de 2018 permitiu concluir os projetos que tinham sido desenvolvidos ao abrigo do sistema de apoio ao investimento empresarial Competir +, dos quais se destacam: (1) em março, a unificação do sistema de reservas e de bilhética, permitindo uniformizar as operações de acordo com a política comercial implementada por o atual Conselho de Administração; (2) a obtenção, em novembro, da certificação de acordo com os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2015, para a atividade de prestação de serviços de transporte de passageiros e de viaturas na RAA, com validade até 11 de novembro de 2021; e (3) a finalização e fase experimental em dezembro da nova página web comercial e a app (aplicação para dispositivos móveis), que serão lançadas no início de 2019, corporizando o desiderato para que foram criadas. A totalidade do investimento realizado ao abrigo da candidatura em apreço ascendeu a 454 530,30 euros.

Dando continuidade ao procedimento iniciado há vários anos a esta parte, em 2018 a empresa monitorizou a qualidade da prestação dos seus serviços, procedimento que passou a estar integrado no Sistema de Gestão da Qualidade da Atlânticoline. Da análise realizada aos inquéritos de satisfação aos clientes externos da empresa foi obtida a pontuação de 3,74, o que corresponde a uma classificação de “Bom”, numa escala de 1 a 5, em que o valor mínimo equivale a “Fraco” e o máximo a “Excelente”. O score obtido em 2018 representa uma evolução positiva na avaliação externa que, em 2017, havia sido de 3,26.

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

O ano de 2018 foi de consolidação dos procedimentos atinentes à garantia da higiene e segurança no local de trabalho. Não havendo registo de acidentes mortais ou graves, destaca-se a redução do número de acidentes de trabalho ligeiros, em cerca de 23%, relativamente a 2017.

Por forma a dar cumprimento ao novo Regulamento Geral de Proteção de Dados, em 2018 foi definida e publicada a Política de Proteção de Dados e Privacidade e o seu respetivo Termo de Confidencialidade e implementados os procedimentos em conformidade.

Em 2018 consubstanciou-se, ainda, a deliberação da Mesa da Assembleia Geral da empresa, de alienação da embarcação “Expresso do Triângulo”. O catamaran foi vendido à Black and Blue, S.A., pelo valor de 75.000,00 euros, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, sendo que todo o processo de certificação para a viagem para o estaleiro, localizado no continente Português, bem como a operação de reboque da embarcação decorreram por conta do comprador. Esta decisão foi tomada com base no parecer técnico, considerando a inviabilidade da embarcação em cumprir com os requisitos de transformação da Classe C para a Classe B, o que permitiria navegar até 20 milhas da costa. Já no que se refere recertificação da Classe C, implicaria um investimento na ordem dos 1,5 milhões de euros, investimento este bastante mais útil e necessário para financiar a construção do navio substituto do Mestre Simão.

Em 21 de dezembro de 2018, foi firmado um contrato de doação da embarcação Espalamaca entre a Atlânticoline e a Região Autónoma dos Açores através da Direção Regional da Cultura. A embarcação foi doada livre de ónus ou encargos.

96/18
[Handwritten signature]

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Em termos administrativos e financeiros em 2018, e por imperativos legais, a Atlânticoline implementou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que se junta ao conjunto de mecanismos de controlo já implementados pela empresa e certificados pelos auditores externos e independentes, garantindo-se o reforço na qualidade e utilidade da informação orçamental e económico-financeira.

Ao nível da política de recursos humanos da empresa, o ano de 2018 foi marcado:

- (1) pelo pagamento integral das diuturnidades, cujo valor ascendeu a 44.080,30 euros, o que representou um incremento de 76 % comparativamente ao ano anterior;*
- (2) como já referido, pelas greves do SIMAMEVIP contra as propostas de iniciativa da empresa de revisão do Acordo de Empresa, que era anterior à fusão da ex-Transmaçor na Atlânticoline e integração de um sistema de progressão de carreiras baseado na avaliação de desempenho e pelo aumento salarial da categoria de Marinheiro de Tráfego Local. Fruto da constante iniciativa da empresa para o processo negocial, foi possível firmar em 05 de agosto de 2018 um novo Acordo de Empresa cumprindo o desiderato da Atlânticoline e incluir uma tabela de valorização salarial de aplicação universal, com efeitos a 01 de agosto de 2018; e*
- (3) pela relevância e importância da formação do pessoal marítimo, a Atlânticoline voltou a investir na certificação STCW no domínio da segurança e proteção, tendo sido ministrada a 11ª edição de formação e renovados os certificados marítimos a 45 funcionários da empresa que diariamente garantem a segurança dos nossos passageiros. Tratou-se de um investimento que ascendeu a 33.430,25€ euros.*

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

O ano económico de 2018 fechou atingindo um resultado líquido de 240.451 euros, ou seja, representa um crescimento de 138% relativamente ao valor do resultado estimado no orçamento previsional para 2018 (-635,016 euros) e um incremento de 2.455.791 euros face ao resultado alcançado em 2017.

O valor da receita própria foi em 2018 de 5.106.829 euros, quando em 2017 havia sido de 5.536.017 euros, ou seja, representa um decréscimo de 7,75%. Esta situação reflete o impacto das greves na redução do número de passageiros e viaturas transportados, neste último caso reforçado pela redução da oferta de lugares pela perda do navio Mestre Simão, a redução no fretamento dos navios propriedade da empresa pela transportadora aérea e pelas unidades de saúde e a política comercial de atribuição de descontos, designadamente a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, para melhorar as taxas de ocupação dos navios operados pela empresa que representam, salvo em situações ocasionais, um potencial de crescimento elevado.

Em 2017 a receita total ascendeu a 13.534.502 euros, dos quais 12.311.266 euros foram relativos à venda de títulos de viagens a passageiros, 822.807 euros de viaturas e 400.429 euros relativos a outras vendas e serviços. Em 2018, e comparativamente a 2017, a receita total foi de 15.186.143 euros (+12,2%), verificando-se respetivamente 13.927.198 euros (+13,13%), 846.416 euros (+2,87%) e 412.528 euros (+3,02%). A valorização face a 2017 do valor médio unitário dos bilhetes para passageiros deve-se ao incremento do valor das prestações de serviços cobradas à Região, em 9.999.153,00€ (nove milhões novecentos e noventa e nove mil cento e cinquenta e três euros), resultante da faturação do transporte de 537 300 passageiros, que decorreu entre 01 de janeiro e 3 de dezembro, ao abrigo do contrato de fornecimento de serviço público.

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Para alcançar este volume de receitas, a Atlânticoline registou, ao longo de 2018, um total de gastos de 16 878 384 euros, o que representa um decréscimo de 2 % em relação ao ano transato.

Em 2018 o EBITDA foi de 1 225 165€, quando em 2017 havia sido de -1 177 802€, ou seja, registou-se uma variação positiva de 204%.

Mais uma vez, e apesar do expressivo aumento do preço unitário do combustível e do aumento com os encargos com pessoal, resultantes da revisão do Acordo de Empresa, a Atlânticoline não utilizou o recurso à figura do reequilíbrio financeiro do contrato, tendo mantido em vigor o tarifário existente.

O ativo é de 24 503 308€, enquanto que o passivo ascende a 7 378 575€.

A autonomia financeira foi de 70% e os prazos médios de pagamento e de recebimento foram, em 2018 e em dias, de 18 e de 28, respetivamente. Em 2017 os prazos eram, respetivamente, de 57 e 70 dias.



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Por toda a atividade realizada em prol dos Açores, dos Açorianos e daqueles que, através das suas visitas, contribuem para o nosso desenvolvimento, e pelos resultados alcançados e que serão alvo de apresentação e apreciação ao longo deste documento, não poderíamos deixar de agradecer:

. aos nossos clientes que são a razão de ser da nossa existência e o motivo para a nossa exigência com a qualidade e segurança. Muito agradecemos a avaliação avisada que fazem do nosso serviço e que mais não é que o melhor instrumento para a melhoria contínua do nosso desempenho;

. aos nossos parceiros comerciais, quer na qualidade de clientes, quer na qualidade de fornecedores, que pelo depósito da sua confiança, nos têm permitido crescer de forma sustentada;

. às entidades financeiras que têm demonstrado abertura para apoiar o financiamento necessário ao nosso crescimento, criando condições para o equilíbrio da nossa tesouraria e, por essa via, ajudando-nos a sermos cumpridores das nossas obrigações e compromissos;

. aos nossos acionistas Portos dos Açores e Região Autónoma dos Açores pela visão definida para a empresa, pela presença e apoio constantes e incondicionais às tomadas de decisão do Conselho de Administração;

. aos gabinetes da Vice Presidência do Governo, da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas e da Direção Regional dos Transportes, pela colaboração e confiança por que sempre primaram;

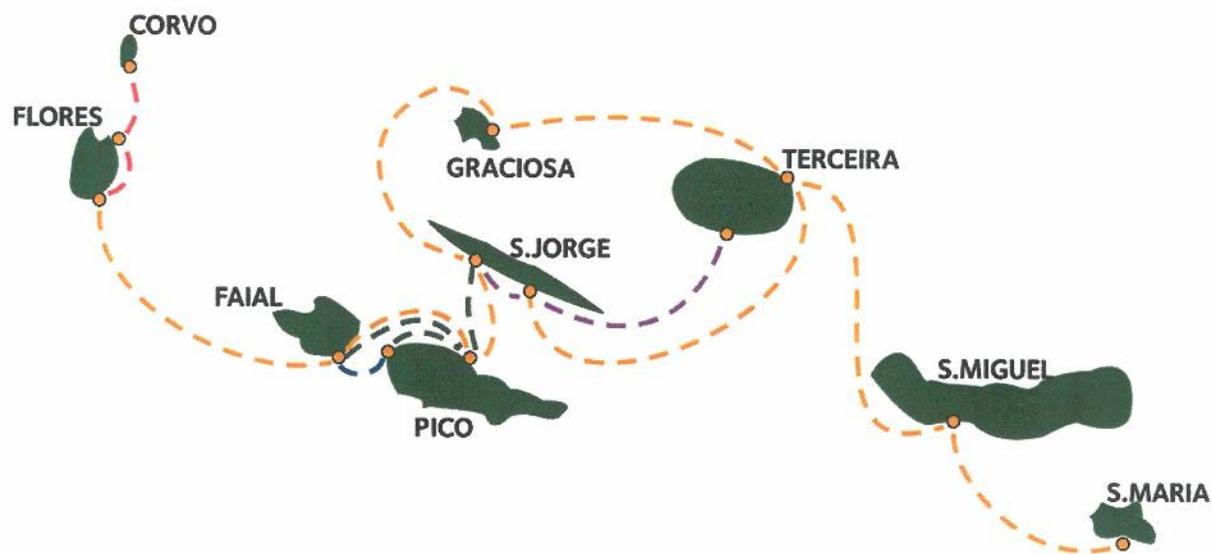
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

- . ao Luís Morais e ao César Cruz, meus colegas do Conselho de Administração, pela sua paciência, conhecimentos e experiência, que permitem constituir um órgão executivo multifacetado e heterogéneo, reunindo todas características fundamentais para levarmos a bom porto a missão da Atlânticoline;*
- . aos órgãos de supervisão e fiscalização e à assessoria jurídica os quais, com a sua independência, colaboração e apreciação legal, permitem que as decisões tomadas sejam consistentes e devidamente fundamentadas;*
- . e finalmente, mas igualmente ou mais importante que qualquer um dos anteriores, a todos os colaboradores por todo o seu esforço e dedicação. Sem o vosso trabalho e o vosso comprometimento com a empresa e os seus clientes e fornecedores tais resultados nunca teriam sido alcançáveis.*

*Carlos Manuel Redondo Faias
Presidente do Conselho de Administração*

H.K.
B.

FROTA, CRONOGRAMA E ROTAS



- A Atlânticoline *liga todas as ilhas* da Região Autónoma dos Açores, contribuindo assim, e de forma incisiva, para a *mobilidade de todos os açorianos* e de todos aqueles que nos visitam, tendo por missão a redução do isolamento dos Açores, assim como o fomento do desenvolvimento económico e social da região.

Atlântico

A Frota

Navios Próprios



Gilberto Mariano
Tipo de Navio –Ro-Ro de
Passageiros
Bandeira – Portugal
Ano de Construção – 2013
Capacidade – 297 passageiros e
12 viaturas



Ariel
Capacidade – 12 passageiros
e 3 macas

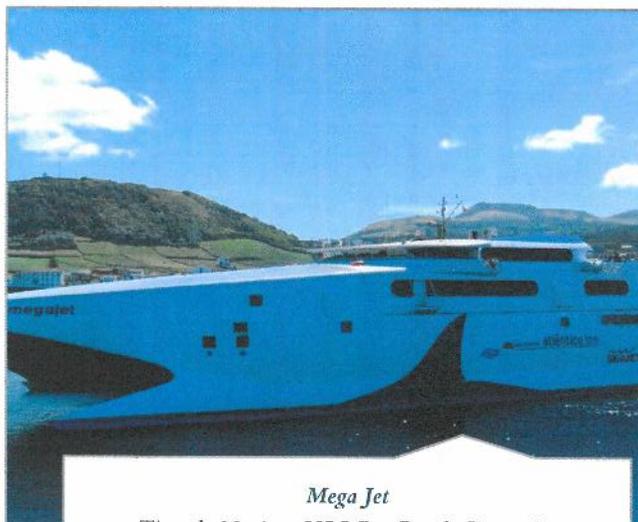


Cruzeiro das Ilhas
Capacidade – 193 passageiros
e 2 macas



Cruzeiro do Canal
Capacidade – 193 passageiros
e 3 macas

Navios Fretados



Mega Jet
· Tipo de Navio – HSC Ro-Ro de Passageiros
· Bandeira – Grécia
· Ano de Construção – 1995
· Capacidade – 650 passageiros e 110 viaturas

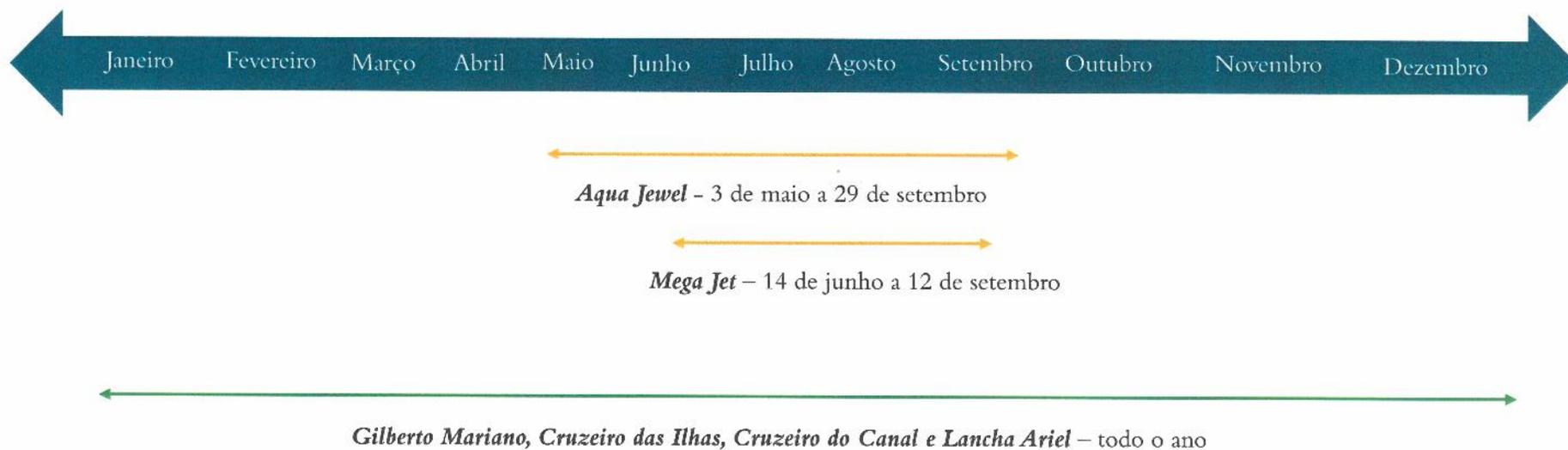


Aqua Jewel
· Tipo de Navio – Ro-Ro de Passageiros
· Bandeira – Grécia
· Ano de Construção – 2002
· Capacidade – 600 passageiros e 155 viaturas

H. Pij...

Cronograma

Operação Regular e Sazonal



S/S.
B.

ANO DE 2018 EM ANÁLISE

Ano de 2018 em análise

Encalhe do navio Mestre Simão

- No dia 6 de janeiro de 2018, o navio “Mestre Simão” *encalhou no interior do porto da Madalena*, na ilha do Pico, ao que se seguiu uma operação de evacuação dos passageiros e tripulantes, publicamente reconhecida como exemplar;
- Este navio, construído pelos Astilleros Armon, situados na Galiza, Norte de Espanha, propriedade da Atlânticoline, *encontrava-se ao serviço da empresa há 4 anos*;
- O encalhe do navio foi *prontamente comunicado* à Autoridade Marítima, à entidade gestora da rede de infraestruturas portuárias dos Açores – a Porto dos Açores, à seguradora de danos próprios (casco), no caso a Açoreana de Seguros e, através desta última, ao clube de armadores de que a Atlânticoline faz parte – *Shipowners*, entidade responsável pelo seguro designado de “P&I”, que cobre os danos sobre terceiros, bem como as operações de remoção dos hidrocarbonetos, dos objetos que possam colocar em causa a segurança à navegação e de remoção da própria embarcação;
- Na sequência dessa notificação a Autoridade Marítima e a Portos dos Açores *acionaram os meios de contenção da poluição por hidrocarbonetos*, tendo ocorrido ao local com todo um dispositivo colocado no espelho de água nas horas seguintes e iniciado os trabalhos de recolha do gasóleo existente à tona de água;

Ano de 2018 em análise

Indeminização do sinistro

- No dia 19 de janeiro de 2018 a Açoreana Seguros comunicou à Atlânticoline que tendo em consideração a localização do navio encalhado bem como os custos de um eventual salvamento, acrescidos dos valores de reboque e de recuperação, o **resultado foi a classificação de Perda Total Construtiva** (CTL), por ser inviável do ponto de vista económico a recuperação e reabilitação da embarcação, em comparação com o pagamento de indemnização resultante dessa perda;
- Refira-se que, para o efeito, **foram tidas em consideração as estimativas orçamentais** relativas à construção de um novo navio (valor estimado de 11.300.000,00€ apresentado pelos *Astilleros Armon*), versus o melhor valor de duas estimativas para idênticos trabalhos de recuperação da embarcação, uma na ordem dos 7.391.000,00€ e outra no valor de 8.995.000,00€, acrescida do valor estimado de remoção do navio, na ordem dos 5.000.000,00€ e de mobilização do salvado até estaleiro, que poderia atingir os 1.500.000,00€;
- Em função desta tomada de posição da Açoreana Seguros, veio a mesma, em 24 de janeiro de 2018, comunicar à Atlânticoline que o **valor da indemnização seria de 9.178.920,63€** (nove milhões, cento e setenta e oito mil, novecentos e vinte euros e sessenta e três cêntimos) já deduzido da franquia de 25.000,00€;
- Tendo presente o disposto nas Condições Gerais da Apólice 88.102840, o valor venal do navio foi apurado à data do sinistro, considerando o valor em novo (€11.300.000,00), o tempo de uso de 4 anos e o tempo de vida útil de 20 anos, de acordo com o seguinte cálculo: Valor venal apurado= $11.300.000,00€ \times (1-0,05)^4$ = 9.203.920,63€;
- Após a apresentação da cópia do pedido do Certificado do Registo do abate da embarcação homologado pela Autoridade Marítima Nacional – Capitania do Porto da Horta foi, em 05 de fevereiro de 2018, emitido o recibo da indemnização e o valor recebido durante esse mês;

Ano de 2018 em análise

Operações de remoção

- Foram elaborados, primeiro o *Plano de Remoção dos Hidrocarbonetos e Materiais* com potencial de causar acidentes no mar e, posteriormente, o *Plano de Remoção do Destroço da Embarcação e Detritos* desta operação, e aprovados pela Autoridade Marítima, com o parecer favorável das Direções Regionais dos Assuntos do Mar e do Ambiente, da Portos dos Açores e da Câmara Municipal da Madalena;
- Foram firmados os respetivos contratos para a prestação destes serviços entre a Atlânticoline e a *Resolve, Salvage & Fire, Europe, Ltd*, tendo os custos com as operações de remoção do combustível e de remoção do navio sido assumidos diretamente pelo o Clube de Armadores (P&I) – *Shipowners*, no valor de 2,6 milhões de euros;

H. J. B.

Ano de 2018 em análise

Causas do encalhe do navio Mestre Simão

- No próprio dia do encalhe a Atlânticoline *iniciou os procedimentos para a realização de um relatório interno*, inicialmente através da recolha de elementos disponibilizados pelos departamentos de Manutenção e de Operações e Recursos Humanos e, posteriormente, pela contratação dos serviços do ISCIA - Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração, através do DETMAR – Departamento de Tecnologias do Mar, trabalho a ser realizado pelo Comandante António Luiz Parreira Fera e que orçou em 2.700 euros;
- De acordo com o relatório do ISCIA, divulgado publicamente em 14 de maio de 2018, a origem do encalhe deveu-se a *uma ou a um conjunto de ondas atípicas que deixaram o navio sem governo*, a que se dá a designação de “infortúnio do mar”. O *estudo técnico de investigação ao acidente* refere que na manobra de entrada para atracação do navio Mestre Simão “ (...) o encalhe sucedeu devido a um fenómeno pouco vulgar, da existência de uma onda ou da sequência de duas ou mais ondas seguidas, com intervalos de poucos segundos e em que o período de calmaria foi bastante mais reduzido do que era esperado (...)”;
- Em 06 de agosto de 2018 o Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos e da Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica (GAMA) divulgou o seu Relatório de Investigação Técnica, cujas conclusões corroboraram aquelas resultantes do relatório interno da empresa, ou seja, que a imprevisibilidade da ondulação no momento da entrada do navio na Madalena, nomeadamente a ocorrência de ondas de altura superior à altura significativa prevista, esteve na origem do acidente. Ressalvou, ainda, o correto funcionamento do navio, não tendo sido apontada qualquer falha ou deficiência operacional que tenha contribuído para a ocorrência do acidente e destacou, de forma positiva, todos os procedimentos de segurança cumpridos pelo Mestre da embarcação, designadamente a utilização de todos os recursos e procedimentos disponíveis para contrariar o desgoverno do navio, bem como o cumprimento de todos os procedimentos necessários à evacuação dos passageiros em segurança;
- Aguarda-se pela disponibilização das conclusões da Autoridade Marítima às causas do encalhe do navio “Mestre Simão”.

H. J.
E. J.

Ano de 2018 em análise

Decisão de construção de navio substituto do Mestre Simão

- Na sequência das tomadas de decisão por parte das seguradoras, foi anunciada publicamente a *decisão da empresa de investir esse valor na construção de um navio substituto*;
- Pelo facto do navio Mestre Simão ter sido construído *pelos Astilleros Armon*, situados na Galiza, Norte de Espanha, a Atlânticoline desenvolveu um processo de negociação direta com os mesmos conducentes à construção de um navio substituto, com *características otimizadas relativamente ao navio Gilberto Mariano*;
- Foi desenvolvido um caderno de encargos conducente à construção de um navio ferry, que *transportará 333 passageiros e aumenta a capacidade de transporte de viaturas de oito para quinze, algumas das quais até 5.5 toneladas e com a rampa reforçada em aço*. Para garantir a estabilidade e operacionalidade, o navio tem um comprimento de fora-a-fora de 41,2 metros;

H. J.
C.

Ano de 2018 em análise

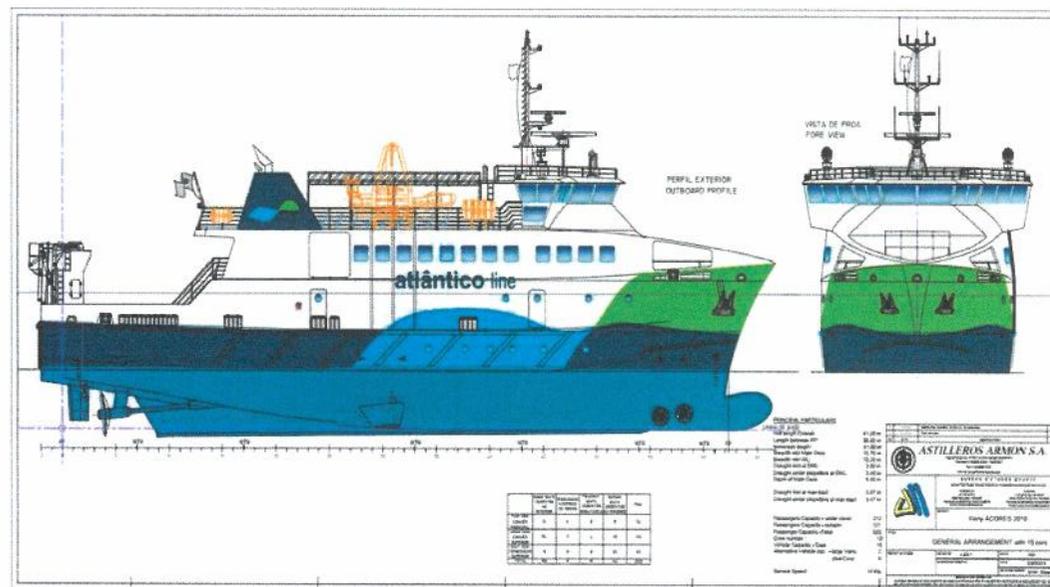
Decisão de construção de navio substituto do Mestre Simão

- A escolha daquele estaleiro justificou-se pelos *resultados da execução obtida no anterior procedimento concursal de construção de dois navios de 40 Metros* para operar na Região Autónoma dos Açores, *quer ao nível de cumprimento de prazos, quer ao nível de qualidade construtiva e controlo financeiro;*
- Essa escolha adveio, ainda, da necessidade de com a maior brevidade possível recolocar ao serviço público o novo navio *ro-ro pax ferry*, idêntico ao “Mestre Simão” e “Gilberto Simão”, já que, *apenas aquele estaleiro construtor conseguiria, de forma inequívoca, planejar, executar e certificar a construção num espaço temporal exigente;*
- A Atlânticoline fez notar que o *anterior fornecimento, relativamente recente, foi objeto de um concurso público, com publicidade internacional*, tendo havido abertura daquele fornecedor para um *processo de negociação direta que permitiu materializar-se num valor contratual com condições financeiras idênticas às do anterior contrato de construção, sem prejuízo de naturais atualizações de preços*, pequenos ajustamentos/ inovações técnicas e do facto de se tratar da construção de um único navio, ao contrário da anterior encomenda que foi para dois navios, representando naturais ganhos de produção;
- *Recorde-se que a Atlânticoline, entanto operadora comercial submetida a uma lógica concorrencial de mercado, como empresa de transportes, está dispensada de procedimentos formais concursais, podendo recorrer à negociação direta com o estaleiro construtor;*

Ano de 2018 em análise

Decisão de construção de navio substituto do Mestre Simão

- Tal não significou, no entanto, que a Atlânticoline prescindiu de *celebrar um contrato rigoroso e exigente, que assegura as exigências financeiras e operacionais da construção*, tendo o contrato sido submetido a fiscalização prévia das autoridades competentes, designadamente Tribunal de Contas, antes do início da construção;
- O contrato foi firmado entre a Atlânticoline e os Astilleros Armon no passado dia *02 de maio, pelo valor de 10.198.000,00€* (dez milhões, cento e noventa e oito mil euros) e com um prazo de fornecimento de 400 dias, a contar a partir da data da obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas, acrescido do prazo necessários as necessárias certificações para a operação ou seja, permitindo cumprir com o prazo já avançado pela Atlânticoline para a entrada em operação deste novo navio – último trimestre de 2019. O Tribunal de contas deu o visto prévio no dia 12 de junho de 2018.



Suspensão da Linha Lilás

- *Pela falta do navio “Mestre Simão” a Atlânticoline otimizou os horários da época de 2018, os quais previram a suspensão temporária da Linha Lilás enquanto persistir essa lacuna. Esta suspensão obteve a aprovação da Região, na qualidade de entidade adjudicante do serviço público de transporte marítimo de passageiros e de viaturas nos Açores, com quem a Atlânticoline firmou em 2017 um contrato ao abrigo das Obrigações de Serviço Público;*
- *A Linha Lilás corresponde, em boa verdade, à extensão da Linha Verde, com as ligações adicionais aos portos de Calheta e de Angra do Heroísmo;*
- *Podemos considerar a **Linha Lilás como concorrente da Linha Amarela**, na medida em que ambas permitem ligar as ilhas do Grupo Central, à exceção da Graciosa no caso da Lilás, sendo que pela dimensão e velocidade dos navios afetos à **Linha Amarela, as viagens tornam-se mais cómodas e céleres**;*
- *Em 2017, a Linha Lilás transportou cerca de 1,26% do total de passageiros transportados no Grupo Central (excetuando a Linha Amarela). Porém, se considerarmos apenas os passageiros embarcados e desembarcados na Calheta, com origem ou destino a Angra do Heroísmo, então o peso reduz-se para 0,4%. O peso do total de passageiros embarcados e desembarcados na Calheta (991 + 1.051) relativamente ao total de passageiros transportados na Linha Lilás, representa 31,66%. Todavia, não são os números que estão em causa, mas sim o facto de a Linha Lilás apenas **poder ser assegurada através da operação com o navio Gilberto Mariano**, único certificado com a Classe B, o qual permite estabelecer a ligação entre São Jorge e a Terceira. Este navio é o único da frota da Atlânticoline que permite transportar viaturas. Os navios “Cruzeiro do Canal” e “Cruzeiro das Ilhas” não estão certificados como Classe B para efetuar viagens até Angra do Heroísmo, nem podem vir a sê-lo, por questões regulamentares de segurança e estruturais;*

Ano de 2018 em análise

Suspensão da Linha Lilás

- A garantia de realização de 5 viagens diárias no Triângulo, em época alta, ou seja quando há mais procura, **permitiu disponibilizar diariamente um total de 120 lugares para o transporte de viaturas**. A ter de realizar as ligações da Linha Lilás, ou seja, duas vezes por semana, implicaria que nestes dias apenas pudessem ser realizadas duas viagens com o Gilberto Mariano – a primeira ligação da Linha Azul e a viagem da Linha Lilás, que tem a duração de todo o dia, regressando à Horta às 23h00. Desta forma, nestes dias apenas se poderiam disponibilizar 48 lugares, o que **significaria uma redução de 60% na oferta de lugares para o transporte de viaturas**;
- Com a falta do navio Mestre Simão, e enquanto este não for substituído, a **Atlânticoline otimizou a utilização dos navios que constituem a sua frota**, por forma a garantir as ligações para passageiros e para viaturas entre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge e, ainda, a **otimização do horário da Linha Amarela**, para garantir as ligações no Triângulo e deste com as restantes ilhas servidas por esta Linha;
- Apesar de tomada a decisão de suspensão da Linha Lilás, a Atlânticoline **garantiu a realização da mesma durante as Festividades da Calheta e as Sanjoaninas**, com o navio “Gilberto Mariano”.

Ano de 2018 em análise

Dados sumários das operações regular e sazonal

- A Atlânticoline *transportou, na sua totalidade, 559 503 passageiros e 29 672 viaturas*, o que corresponde a uma diminuição de 4,5% e 2,4% respetivamente, em relação ao ano transato;
- Nas ligações nas ilhas do Triângulo, a “*Linha Azul*” e a “*Linha Verde*” *realizaram 5 751 toques*, com os navios “Gilberto Mariano”, “Cruzeiro das Ilhas” e “Cruzeiro do Canal”. Durante o ano 2018, foram *canceladas 40 viagens na Linha Azul*, em que 35 viagens foram canceladas devido à greve, nos meses de janeiro, maio e julho, e apenas 5 viagens devido às condições meteorológicas. Na *Linha Verde, foram canceladas 52 viagens*, em que 6 delas foram canceladas na sequência da greve (1 viagem em janeiro, 1 viagem em maio e 4 viagens em julho), sendo as restantes canceladas devido às condições meteorológicas adversas.
- Relativamente às ligações regulares realizadas entre as ilhas do Corvo e Flores, “*Linha Rosa*”, pela nossa Lancha “Ariel”, foram efetuadas, ao longo de 2018, um total de *540 toques*, dos 692 inicialmente previstos. Durante este período, foram *canceladas 93 viagens*, por condições meteorológicas adversas e *realizadas 17 viagens extraordinárias*, para *repor as viagens canceladas e/ou repor o navio*.
- Todas as viagens canceladas e que foram realizadas em dias seguintes ou anteriores, foram realizadas com aviso prévio aos passageiros.



Ano de 2018 em análise

Dados sumários das operações regular e sazonal

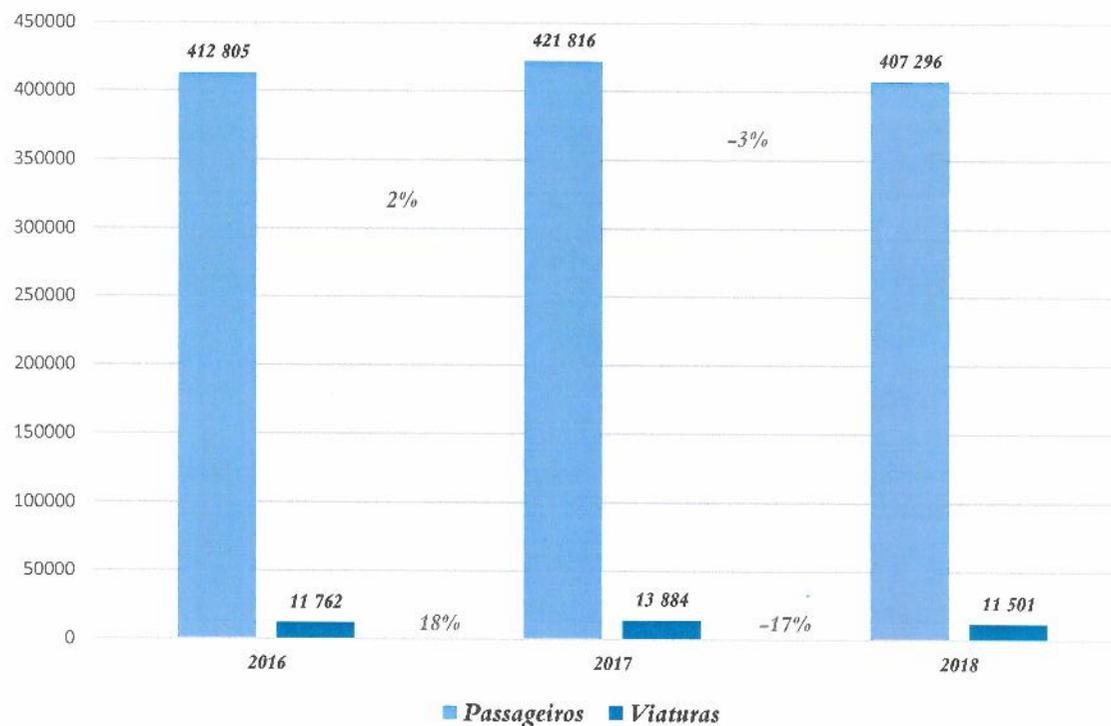
- Em 2018, a denominada “**Linha Amarela**”, inserida na Operação Sazonal da Atlânticoline, realizou-se no período compreendido entre 3 de maio a 29 de setembro, com **586 toques entre as oito das 9 lhas do arquipélago dos Açores** – Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial e Flores, o que representa um **aumento de 6%** em relação aos toques realizados em 2017. Esta operação foi realizada com recurso ao fretamento de dois navios, “Aqua Jewel” e “Mega Jet”. Foram **cancelados apenas dois toques**, entre Terceira – Graciosa e Graciosa-São Jorge que, devido ao estado do mar, não permitiu que o navio *Mega Jet* atracasse no porto da Vila da Praia, na Graciosa. Foi, assim, realizada uma ligação extra entre a ilha Terceira e São Jorge.
- Ainda na Operação Sazonal, a denominada “**Linha Lilás**”, **realizou um total de 5 viagens, o que representa 17 toques** entre os portos da Horta, São Roque, Velas, Calheta e Angra do Heroísmo, não registando nenhum cancelamento.

Handwritten signature

Ano de 2018 em análise

Operação Regular – Linha Azul

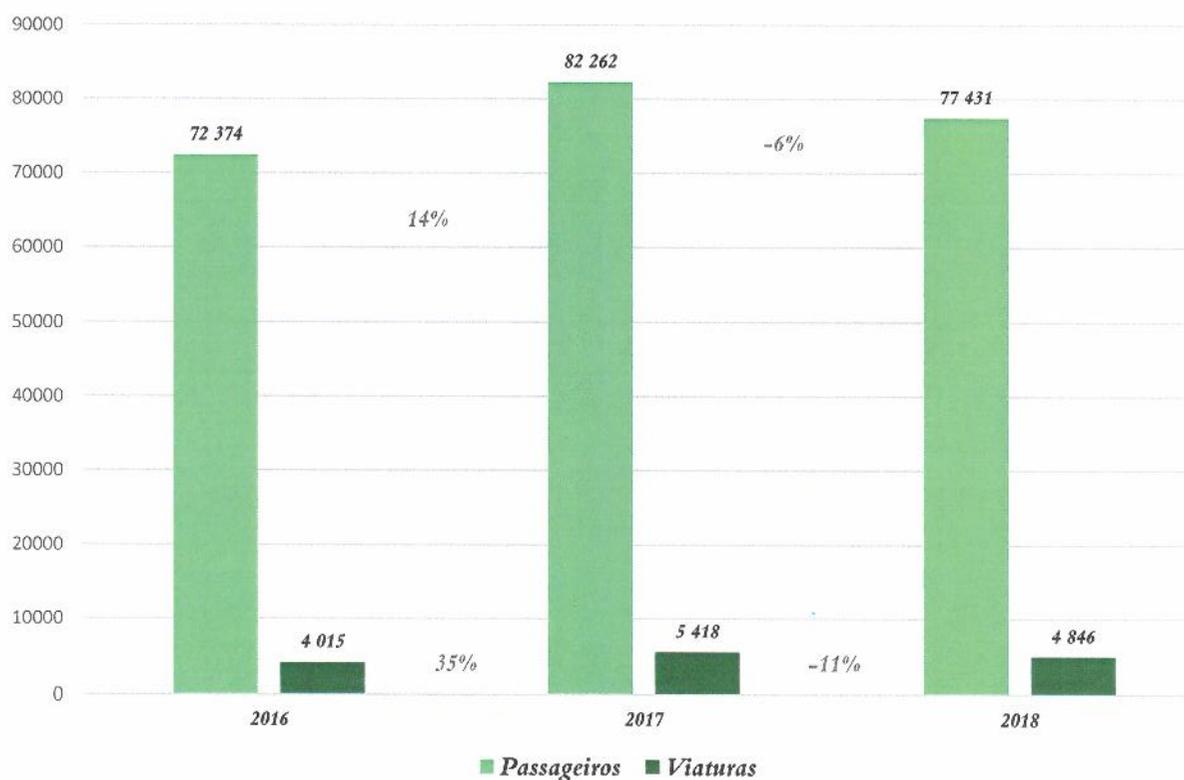
Em 2018, foram transportados 407 296 passageiros e 11 501 viaturas, o que corresponde a uma taxa de ocupação de 35% e 57% respetivamente.



Ano de 2018 em análise

Operação Regular – Linha Verde

Em 2018, foram transportados 77 431 passageiros e 4 846 viaturas, o que corresponde a uma taxa de ocupação de 23% e 61% respetivamente.

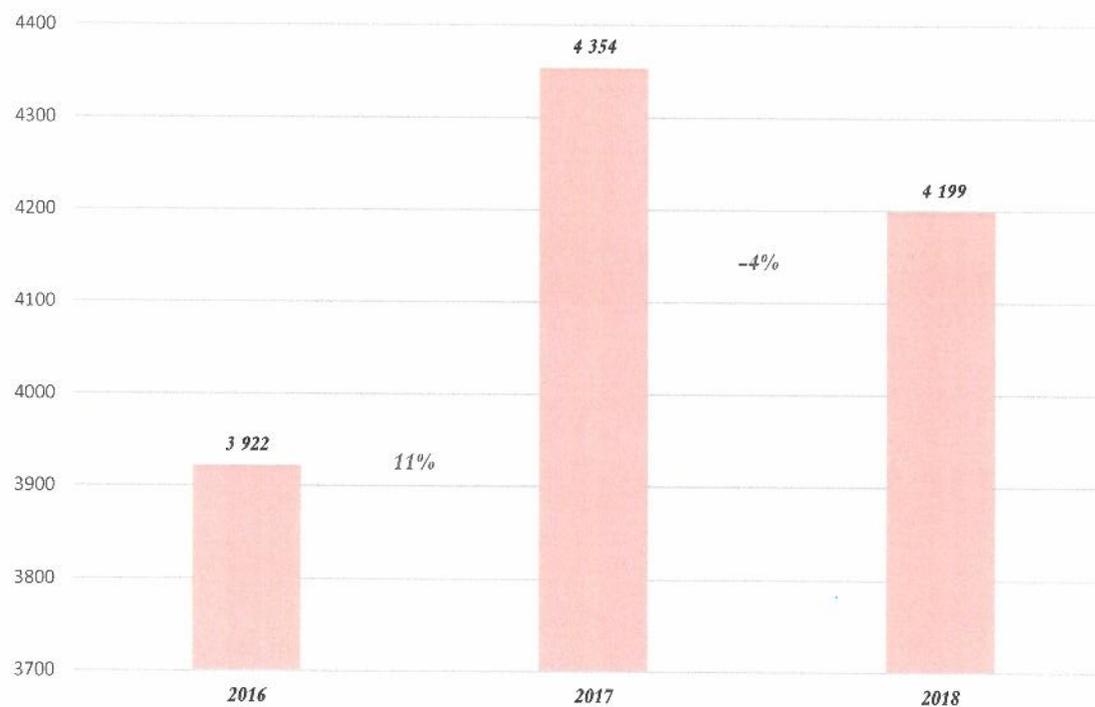


H. J. J.

Ano de 2018 em análise

Operação Regular – Linha Rosa

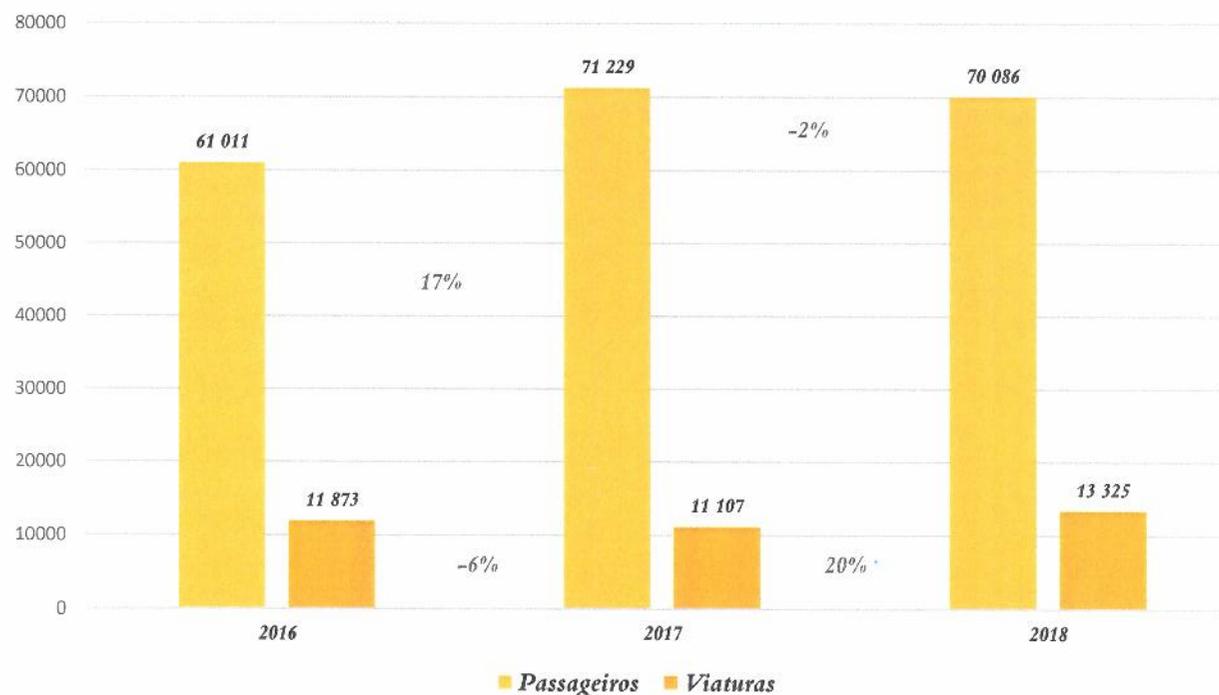
Em 2018, foram transportados 4 199, e representa uma taxa de ocupação de 65%.



Ano de 2018 em análise

Operação Sazonal – Linha Amarela

Em 2018, foram **transportados 70 086 passageiros e 13 325 viaturas**, o que corresponde a uma taxa de ocupação de 32% e 39%, respetivamente. Em 2018, obtivemos um **aumento de 20% nas viaturas transportadas**, em relação a 2017, e uma diminuição de 2% no número de passageiros transportados.

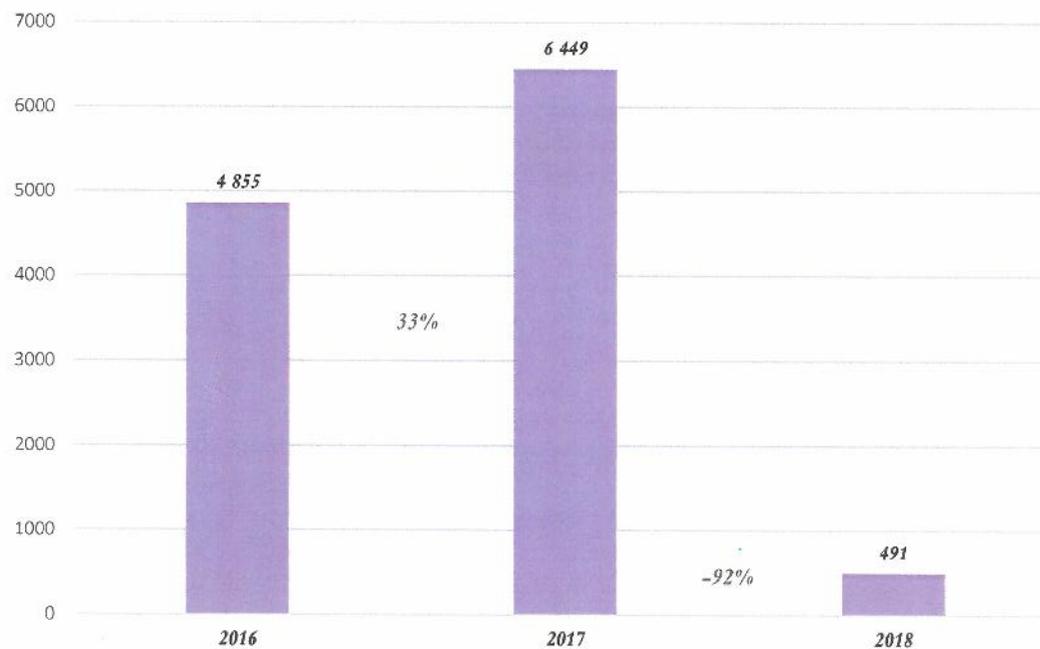


H. J. B.

Ano de 2018 em análise

Operação Sazonal – Linha Lilás

Em 2018, foram transportados 491 passageiros, o que corresponde a uma taxa de ocupação de 8,4%.



S. J. P.

ANO DE 2018 EM ANÁLISE : OPERAÇÃO GLOBAL

H. J.
Ad.

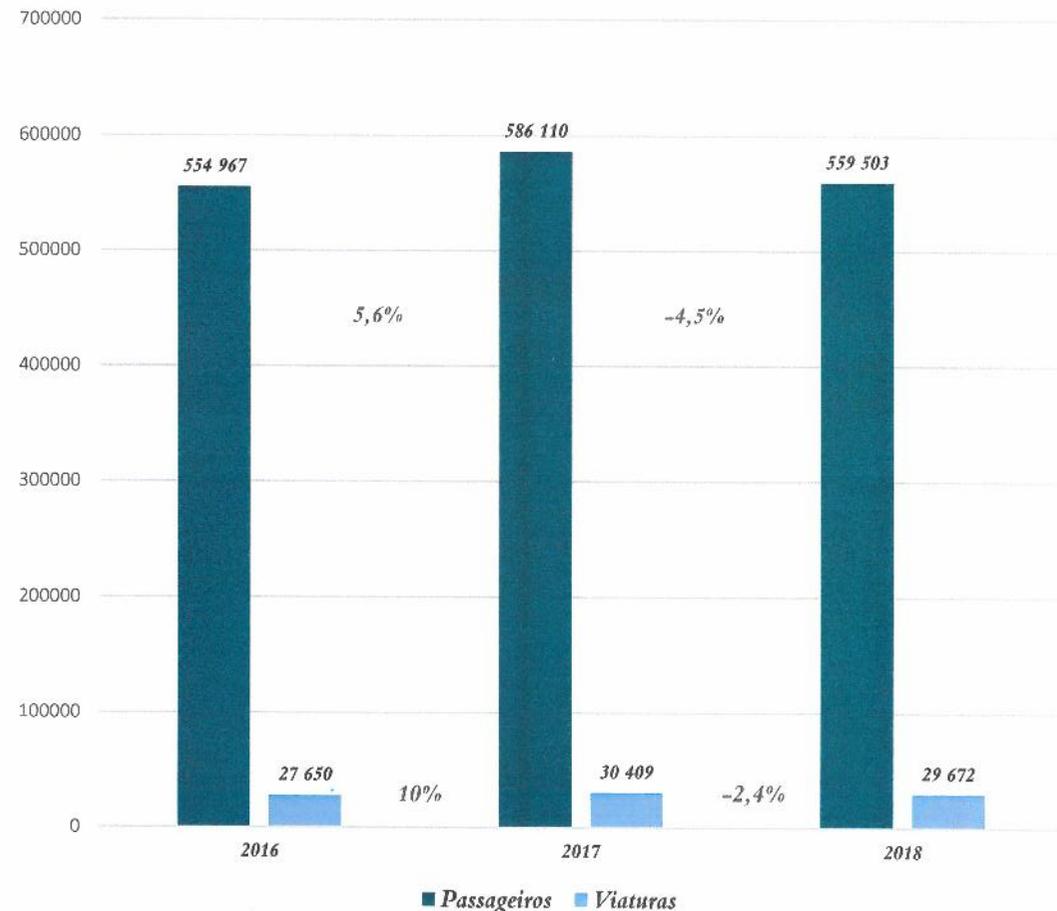
Ano de 2018 em análise

Operação Global

Numa *visão global do transporte marítimo de passageiros* realizado nos Açores, durante o ano de 2018, e face a igual período homólogo, constata-se que houve um *decrécimo de 4,5%*, o que resulta numa diminuição de 26 607 passageiros transportados.

Igual tendência se verifica no transporte marítimo de viaturas, o qual apresenta um decréscimo de 2,4%, o que resulta numa diminuição de 737 viaturas transportadas.

A *falta do navio “Mestre Simão”* poderá estar na origem deste decréscimo, bem como a *suspensão da “Linha Lilás”* e a *redução de pedidos por parte de Autarquias locais* para passeios de idosos, que em 2017 foram bastante solicitados.



Handwritten signature

ANO DE 2018 EM ANÁLISE : DIREÇÃO COMERCIAL

Comunicação Externa

A Atlânticoline tem vindo a investir na comunicação externa por forma a dar sustentabilidade às diretrizes de orientação estratégica da empresa para o crescimento do mercado externo, nomeadamente o nacional e internacional, e consolidação do mercado interno Regional.

Em **2018 iniciaram-se e/ ou concluíram-se vários projetos**, tendo em vista o cumprimento deste objetivo, nomeadamente:

- Atualização da linha gráfica de comunicação para “Navegamos Juntos”, tendo direcionado o enfoque da comunicação para o *core business* da empresa, aliada ao apelo para a experiência de viajar entre ilhas por mar;
- Participação da Atlânticoline em ações de divulgação junto do *trade*, nomeadamente através da presença na feira internacional de Berlim, ITB 2018 e na feira nacional da Bolsa de Turismo de Lisboa, BTL;
- Desenvolvimento e conclusão do novo *website* da Atlânticoline e App, nomeadamente conceção e desenvolvimento de conteúdos gráficos e de texto, juntamente com a validação das funcionalidades pretendidas para esta ferramenta.

No que se refere à comunicação externa em 2018, **a Atlânticoline investiu na comunicação em massa** utilizando vários meios multimédia como a imprensa, *outdoors*, multimídia (televisão, rádio, *web*) e **também na comunicação individual** através do nosso contacto e apoio ao cliente pré e pós venda. A atuação da empresa nas redes sociais teve um papel preponderante, tornando-se um veículo de comunicação preferencial, acompanhando as tendências atuais de consumo nos meios digitais.

Ano de 2018 em análise –Direção Comercial

Tarifas Especiais, Campanhas Promocionais e Produtos Atlânticoline

À semelhança de anos anteriores, a Atlânticoline projetou e implementou um conjunto de ações comerciais, com o intuito de alavancar as vendas e melhorar a prestação do serviço na ótica do cliente, ***indo ao encontro das suas preferências e necessidades.***

Neste âmbito de atuação, poderemos enumerar três tipologias de intervenção comercial:

- ***Tarifas especiais:*** reestruturamos as condições afetas às tarifas familiar (renomeada Pack Família) e de grupo;
- ***Pack Família:*** foi alargado o âmbito de atuação da tarifa para a inclusão das famílias monoparentais (Adulto + filhos + veículo);
- ***Tarifa de Grupo:*** alargamos a abrangência desta tarifa promocional para viagens só de ida. Para viagens entre as ilhas do Triângulo o desconto definido foi de 10% e para as restantes ligações de 20%.

Campanhas promocionais: *Senho Santo Cristo dos Milagres, Maré Baixa; Mega Promo; Fim-de-semana Oriental; e Last Trip São Miguel/Santa Maria e Terceira.*

Produtos/ Viagens temáticas: *Flores – Uma ilha de sonho; Escapadinha a Santa Maria; Azores 4 You;*

H. J. J.

Ano de 2018 em análise –Direção Comercial

Campanhas Promocionais



o *Senhor Santo Cristo dos Milagres*

Foi com esta campanha promocional que demos início à nossa operação sazonal. Esta promoção abrangeu os bilhetes de passageiros e viaturas adquiridos para viagens de ida e volta de 3 e 11 de maio com destino à Ilha de São Miguel e com partida das ilhas de Faial, Pico, São Jorge, Graciosa, Terceira e Santa Maria. Este pacote permitiu a aquisição de bilhetes com 50% de desconto nas tarifas de Adulto, criança e viaturas com condutor.



o *Maré Baixa*

Esta promoção foi válida para a aquisição de bilhetes de passageiros de ida ou ida e volta, com tarifas de adulto e criança e bilhetes de viaturas com condutor. Válida para viagens entre 29 de Junho e 2 de Julho. Não aplicável para viagens entre as ilhas de Faial, Pico, São Jorge e Flores e Corvo. Excluíram-se igualmente da promoção as viagens com destino a Angra do Heroísmo.

8/12/18

Ano de 2018 em análise –Direção Comercial

Campanhas Promocionais



o *Mega Promo*

A campanha abrangeu os bilhetes de passageiros adultos em classe turística, crianças e viaturas nas viagens realizadas com o navio de alta velocidade entre os dias 12 e 16 de agosto e entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria. Para a tarifa de adulto aplicou-se o preço promocional de 20€, a criança 7,5€ e as viaturas com condutor com 75% de desconto.



o *Fim de Semana Oriental*

A campanha abrangeu os bilhetes de passageiros adultos em classe turística, crianças e viaturas nas viagens realizadas entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro e entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria. Para a tarifa de adulto aplicou-se o preço promocional de 30€, a criança 10€ e as viaturas com condutor com 50% de desconto.

Handwritten signature

Ano de 2018 em análise –Direção Comercial

Campanhas Promocionais



o *Setembro Bombástico*

A campanha abrangeu os bilhetes de passageiros adultos em classe turística, crianças e viaturas com condutor para viagens a realizar em setembro com compra antecipada até 30 de agosto. Para as tarifas indicadas aplicou-se um desconto de 50% .



o *Last Trip São Miguel / Santa Maria*

A abrangeu os bilhetes de passageiros de ida e volta (São Miguel – Santa Maria- São Miguel ou Santa Maria- São Miguel- Santa Maria) e para viagens realizadas entre 21 e 23 de setembro. Esta campanha permitiu a aquisição dos bilhetes para adultos, no valor de 20€, a tarifa de criança por 7,5€, e as viaturas por 30€ desde que adquiridos até 31 de agosto.

Handwritten signature

Ano de 2018 em análise –Direção Comercial

Campanhas Promocionais



○ *Last Trip Terceira*

A abrangeu os bilhetes de passageiros de ida e volta, São Miguel – Terceira – São Miguel, e para viagens realizadas entre 28 e 29 de setembro. Esta campanha permitiu a aquisição dos bilhetes para adultos, no valor de 20€, a tarifa de criança por 7,5€, e as viaturas por 30€ desde que adquiridos até 31 de agosto.

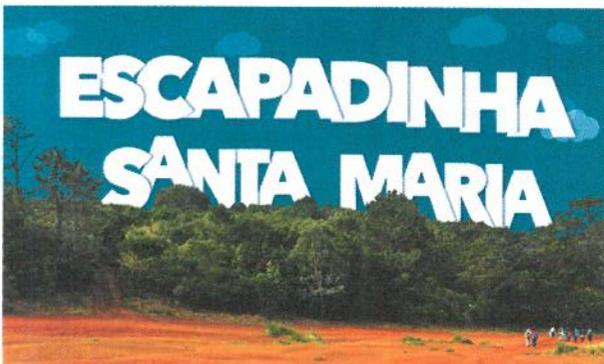
Ano de 2018 em análise –Direção Comercial

Campanhas Promocionais – Viagens Temáticas



o *Flores – Uma ilha de Sonho*

A campanha” Flores – Uma ilha de sonho” permitiu a aquisição de bilhetes de ida e volta de passageiros e viaturas. Foram realizadas seis viagens no âmbito desta campanha, sendo a primeira viagem realizada no mês de junho, 2 viagens realizadas no mês de julho e as últimas 3 viagens, realizadas no mês de agosto. Os valores de aquisição dos bilhetes para passageiro adulto foi de 40€, para criança de 20€, e para transporte de viatura 50€.



o *Escapadinha a Santa Maria*

A campanha” Escapadinha a Santa Maria” permitiu a aquisição de bilhetes de passageiros e viaturas para viagens de ida e volta no mesmo dia com partida de São Miguel e com destino a Santa Maria. Foram realizadas 16 viagens no âmbito desta campanha, sendo realizadas 2 viagens em maio, 4 em junho, 3 em julho, 4 em agosto e 3 em setembro. Os valores de aquisição dos bilhetes para passageiro adulto foi de 50€, para criança de 15€, e para transporte de viatura aplicou-se 75% de desconto.

H. P. B.

Ano de 2018 em análise – Direção Comercial

Produto – Azores 4 You



o VOUCHERS AZORES 4YOU

Produto que permitiu a aquisição de pacotes de 4 viagens no valor de 80€, para viagens em qualquer data e trajeto entre ilhas do mesmo grupo, ou no valor de 130€, entre qualquer ilha do arquipélago. Permitia igualmente o transporte de viatura com 50% desconto em cada viagem. Para crianças dos 3 aos 12 anos, disponibilizamos os pacotes Azores 4 Kids para 4 viagens entre as ilhas dos Açores por 65€.

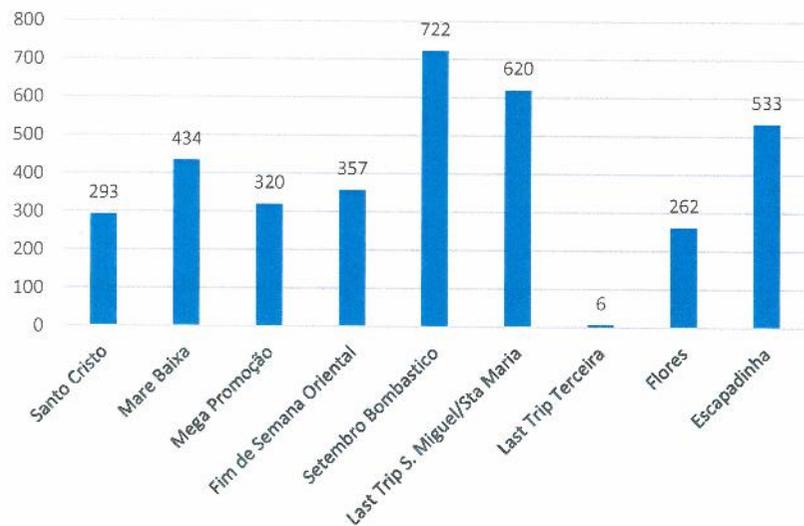
H. J. P.
C. J.

Ano de 2018 em análise –Direção Comercial

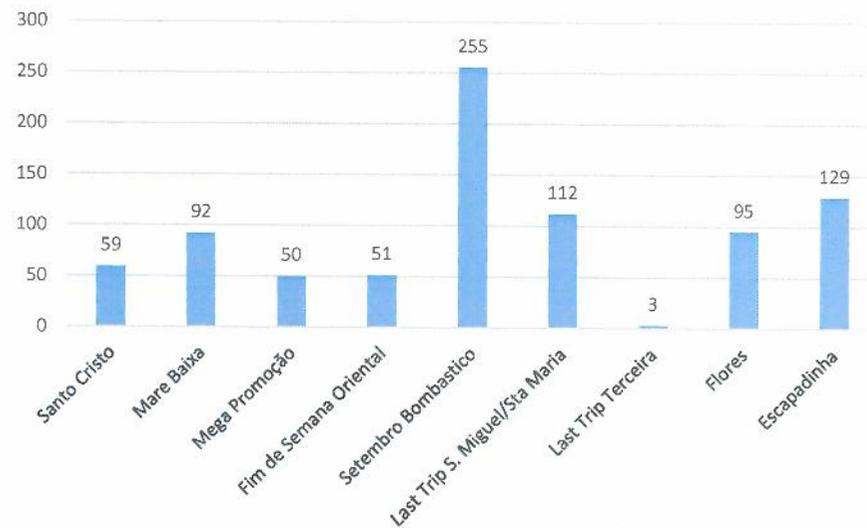
Campanhas Promocionais

De forma sumária e com base nos gráficos seguintes, é possível verificar a procura de todas as campanhas promocionais realizadas, evidenciando-se o impacto positivo que as campanhas trouxeram à nossa operação, principalmente as que foram realizadas com vista ao incremento da ocupação dos nossos navios em época baixa e nas viagens com maior duração (com exceção da *Last Trip Terceira* em que a procura foi reduzida).

Passageiros transportados 2018



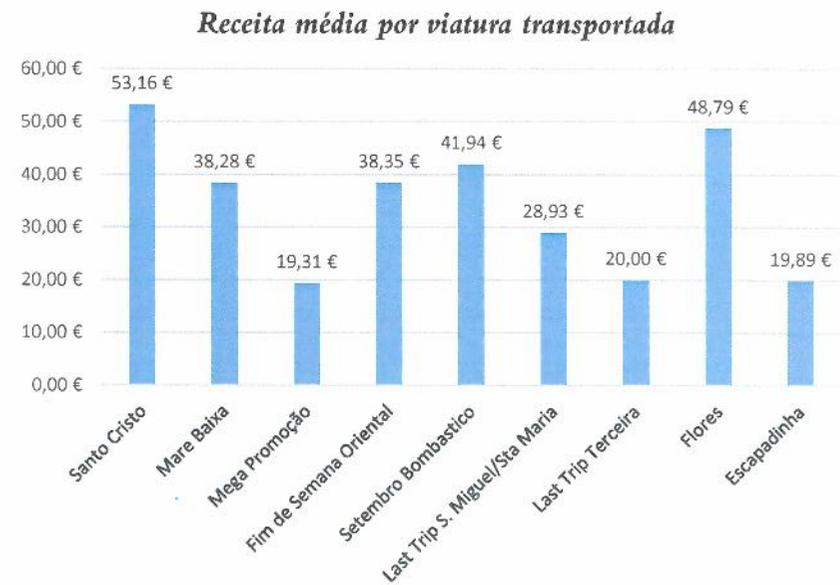
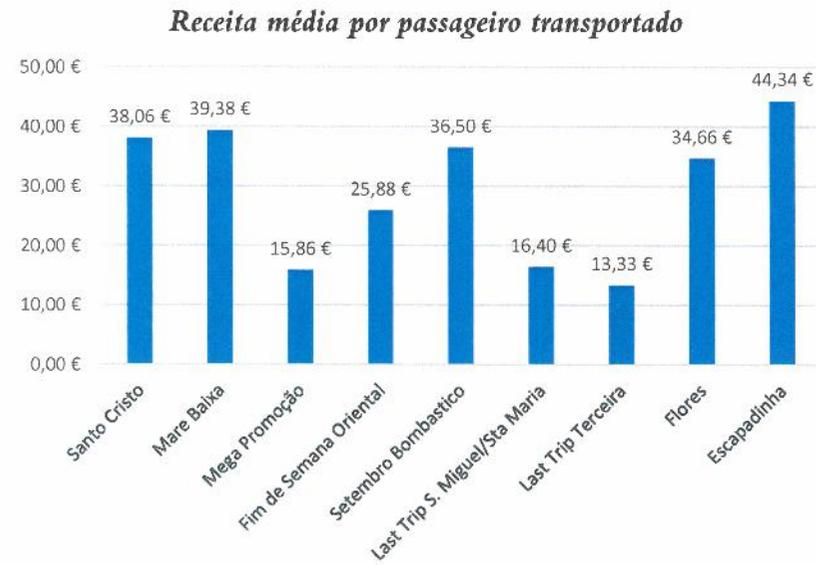
Viaturas transportadas 2018



Ano de 2018 em análise –Direção Comercial

Campanhas Promocionais

Pela análise dos seguintes gráficos, é possível constatar o valor da receita média obtida por passageiro/viatura transportada ao abrigo das campanhas mencionadas anteriormente.



Ano de 2018 em análise –Direção Comercial

Entidades apoiadas pela Atlânticoline

A Atlânticoline *concedeu condições comerciais e tarifários preferenciais* que contribuíram para a realização de diversos eventos de cariz cultural, social e desportivo.

○ *Cultura:*

Ensino: Academia de Música das Sete Cidades; Associação de Estudantes da Escola Secundária Antero de Quental; Creche - Castelinho Encantado; Escola Básica Integrada da Praia da Vitória; Escola Básica e Integrada de Água de Pau; Escola Secundária de Lagoa; Escola da Ribeirinha; Escola Secundária das Lajes do Pico; Escola Secundária Domingos Rebelo; Escola Roberto Ivens; Escola Vila Nova; Finalistas da Escola Secundária Domingos Rebelo e UPI - Água de Pau Centro Valências.

Marchas: Marcha dos Arrifes; Marcha Os Coriscos; Marcha de Vila Franca do Campo; Marcha da Ribeirinha; Marcha Vassoura de Milho.

Filarmónicas: Banda Filarmónica de Santa Cruz; Filarmónica Lira Nossa Senhora da Estrela; Filarmónica União Popular Luzense; Filarmónica Harmonia Mosteirense; Sociedade Filarmónica Unânime Praiense.

Outros: Azpedal; Azores Fixed; Câmara Municipal de Lagoa e Santa Cruz das Flores; Campeonato Botes dos Baleeiros; Federação de Bombeiros da R.A.A; Clube Naval de Vila Franca do Campo e de Ponta Delgada; Comissão Festas Igreja Matriz Santa Cruz; Concurso Açores Táteis; Conservatório D'artes de Loures; Igreja Evangélica (Arrifes); Junta de Freguesia de Ginetes/Maia/Arrifes/Candelária/Porto Formoso/ Santa Luzia (Angra); Projeto "Haja Saúde"; São Jorge Clube Automóvel; RTP Açores e Zona Militar dos Açores.

Ano de 2018 em análise –Direção Comercial

Entidades apoiadas pela Atlânticoline

○ *Social*

Casas do Povo e Associações: Associação Amigos das Flores; Associação Desportiva e Cultural dos Bombeiros da Horta; Associação Loucos por Clássicos; Associação de Fotógrafos Amadores dos Açores; Associação Juventude- GST; Associação Ancoras e Sereias; Associação Vassoura de Milho; Associação Kumbaya; Casa do Povo do Pico da Pedra; Casa de Repouso João Inácio da Sousa; Casa do Povo da Fajã de Baixo; Casa de Povo de Vila Franca do Campo; Casa de Saúde S. Miguel; Centro Social Santa Bárbara e Centro Social e Paroquial de São Roque .

Festividades: Comissão de Nossa Senhora Mãe de Deus da Vila da Povoação; Diocese de Angra; Festa da Santíssima Trindade do Faial da Terra; Grupo de Catequese das Velas; Serviço Diocesano de Apoio à Pastoral Juvenil Diocese de Angra/Açores; Junta de Freguesia da Algarvia; Paróquia Nossa Sra. das Neves Relva Festas do Espírito Santo de S. Pedro Nordestino; Paróquia de Nossa Senhora das Angústias; Peregrinação de acólitos da Fajã de Cima e Paróquia Nossa Senhora dos Remédios.

Grupos de Escuteiros: Agrupamento 968 Lomba da fazenda; Agrupamento de Lisboa; Agrupamento de Escuteiros 492; Agrupamento 137; Agrupamento de Santo António.

○ *Desporto*

ARDEA; Associação de Pilotos de Ralis de São Miguel e Terceira; Angra Vólei; BirdRaceAzores; Clube Asas do Atlântico; Clube União Micaelense; Clube Desportivo de Santa Bárbara; Club Boavista- Ribeirinha; Clube Naval Vila Franca do Campo; Concentração de Motard “Os Amigos dos Açores”; Grupo Desportivo do Porto Formoso; Priolo Cup - Torneio de Futebol Infantil; Marítimo Sport Club; Rali Ilha Graciosa- Agraprome; Clube Motard do Pico; Rali Ilha Lilás; Sport Club Praiense; Torneio de Pesca Desportiva; Unânime Praiense.

H. J. P.

Ano de 2018 em análise –Direção Comercial

Entidades apoiadas pela Atlânticoline

o *Protocolos*

Em 2018 e à semelhança do que já vem sendo habitual, a Atlânticoline S.A manteve os protocolos firmados pelas administrações anteriores, tendo em casos pontuais, efetuado algumas alterações no âmbito de aplicação dos mesmos. Assim, em 2018 os Protocolos em vigor foram os seguintes:

Agentes da Polícia Marítima e Capitania do Porto da Horta; Alfândega de Ponta Delgada; Associação Sindical de Profissionais de Polícia; Federação dos Bombeiros da Região Autónoma dos Açores; GREDA; GNR- Guarda Nacional Republicana; Grupo Bensaúde; PJ - Polícia Judiciária; PSP- Polícia de Segurança Pública; Polícia Marítima dos Açores; Portos dos Açores S.A; IPA (*Internacional Policie Association*); Jornalistas; Secretariado da Capitania da Horta; SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Sindicato Regional do Corpo da Guarda Prisional; SRPCBA- Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores; Teatro Micaelense; Tripulantes da Empresa Amaral, Feliciano e Filhos , Centro de cultura e desporto dos trabalhadores do centro de prestações pecuniárias da Horta, CCD (Assembleia Legislativa R.A.A), GAP – Grupo de amigos de pediatria do Hospital do Divino Espírito Santo e ZMA- Zona Militar dos Açores.

o *Parceiros*

Durante a sua operação, a Atlânticoline firmou diversas parcerias, tanto com empresas como com instituições e até com departamentos da Administração Pública, que visaram fundamentalmente o mútuo benefício, entre os quais: Associação de Motards dos Açores; Associação Portas do Mar; Azores “Burning Summer Fest”; Caloura Blues; Festas da Praia; Festival de Blues de Santa Maria; Festival Maré de Agosto; Festival Monte Verde; RTP Açores; Secretaria Regional da Educação e da Cultura; Rent a car – Autotlantis / Azortur / Ilha Verde / 296 Rent-a-car.

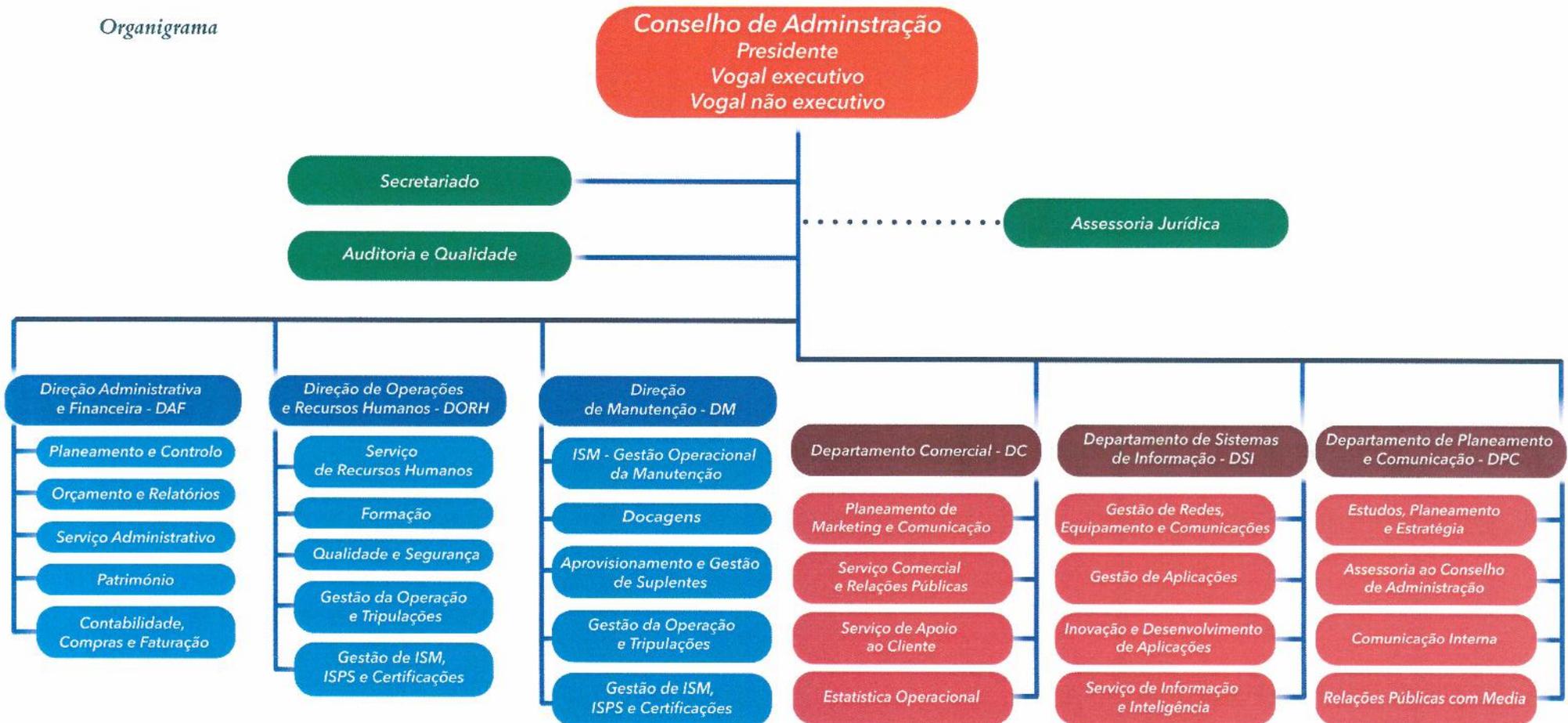
H. J. P.

ANO DE 2018 EM ANÁLISE : DIREÇÃO DE OPERAÇÕES E RECURSOS HUMANOS

Handwritten signature

Ano de 2018 em análise - DORH

Organigrama



Ano de 2018 em análise - DORH

Variação Mensal do número de colaboradores

<i>Evolução Mensal do N.º Colaboradores</i>		<i>Jan</i>	<i>Fev</i>	<i>Mar</i>	<i>Abr</i>	<i>Mai</i>	<i>Jun</i>	<i>Jul</i>	<i>Ago</i>	<i>Set</i>	<i>Out</i>	<i>Nov</i>	<i>Dez</i>	<i>N.º Médio</i>
<i>Conselho de Administração</i>		5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
<i>Serviços de Apoio</i>		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<i>Direção de Operações e Recursos Humanos</i>	<i>Operações e RH</i>	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
	<i>Navio A</i>	1	1	1	22	22	22	22	22	22	1	1	1	12
	<i>Navio B</i>	0	0	1	1	1	14	14	14	14	1	1	1	5
	<i>Ariel</i>	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
	<i>Gilberto Mariano e Cruzeiros</i>	53	53	53	52	52	51	51	51	51	51	51	51	50
<i>Direção Comercial</i>		21	21	23	23	23	23	23	23	22	22	22	22	22
<i>Direção Administrativa Financeira</i>		4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
<i>Departamento de Serviços de Informação</i>		3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
<i>Departamento de Manutenção</i>		6	6	6	6	7	7	7	7	7	7	7	7	7
Total Mensal		102	102	105	125	126	138	138	138	137	103	103	102	118

Ano de 2018 em análise - DORH

Tipo de Vínculos dos Colaboradores (a 31 de dezembro)

	2017	2018
Pessoal do Quadro	89	90
Requisitado	0	0
Comissão de Serviço	1	1
Contrato a prazo	10	11
Total do Efectivo	100	102
Média de Idades	25	25,5

Em 2018, houve um crescimento de 2% no total de efetivos, para reforço do quadro de *hotel staff* e bilheteira. Os *contratos a termo certo representam 12% do total*, sendo que *88% são referentes a contratos sem termo*, não tendo em consideração a contratação de pessoal da operação sazonal.

Escalões Etários dos Colaboradores (a 31 de dezembro)

	2017	2018
Até 29 anos	18	16
De 30 a 39 anos	42	43
De 40 a 49 anos	23	27
De 50 a 59 anos	12	11
60 e mais anos	5	5
Total	100	102

A *faixa etária maioritária é a dos 30 a 39 anos, representando 42% do universo* e a minoritária aquela relativa aos + 60 anos, que se mantém igual a 2017. O conjunto de funcionários que *têm até 39 anos representa 58% do universo*. O baixo nível etário pode, em parte, ser explicado pela tipologia das funções que existe na empresa (marinheiros, maquinistas e *hotel staff*), em que parte das tarefas são executadas nos navios, envolvendo disponibilidade e boa condição física.

Ano de 2018 em análise - DORH

Escolaridade dos Colaboradores

	<i>2017</i>	<i>2018</i>
Ensino básico	63	60
Ensino secundário	28	29
Ensino superior	9	13
Total	100	102

No universo de colaboradores, **59% detêm apenas o ensino básico**, sendo que a maioria integra-se na categoria de marinheiros de tráfego local. Esta evidência justifica-se pelo facto do ensino básico ser o requisito mínimo exigido para quem pretenda frequentar o curso de qualificação para a função de marinheiro. Apenas **13% do universo de funcionários possui formação de nível superior**, encontrando-se a desenvolver funções técnicas ou dirigentes.

Formação – Carga Horária

	<i>2017</i>	<i>2018</i>
Interna - Hotel Staff	25	32
Externa	180	180
Total horas de Formação	205	212

Em 2018, registamos um **aumento nas horas de formação em 3%**, em relação a 2017, considerando a renovação de certificação de STCW.

Ano de 2018 em análise - DORH

Segurança no Trabalho

Nº acidentes de trabalho	Navio A	Navio B	Cruzeiro Canal	Cruzeiro Ilhas	Mestre Simão	Gilberto Mariano	Ariel	Estrutura	Total
2016	1	1	3	1	4	4	0	3	17
2017	0	0	1	2	2	3	0	5	13
2018	0	0	3	2	0	2	0	3	10

- A Atlânticoline continua a *apostar na prevenção em segurança no trabalho*, procurando, assim, minimizar a taxa de acidentes;
- Em 2018, o número de acidentes de trabalho apresentou *uma redução na ordem dos 23%* em relação a 2017;
- É possível verificar uma *redução nos acidentes no interior das embarcações e um redução de 5 para 3 acidentes* registados em cais e gares.
- A Atlânticoline tem vindo a desenvolver uma *cultura para a inexistência de acidentes de trabalho*, desenvolvendo todo um conjunto de *procedimentos de segurança para evitar o risco associado à atividade*.

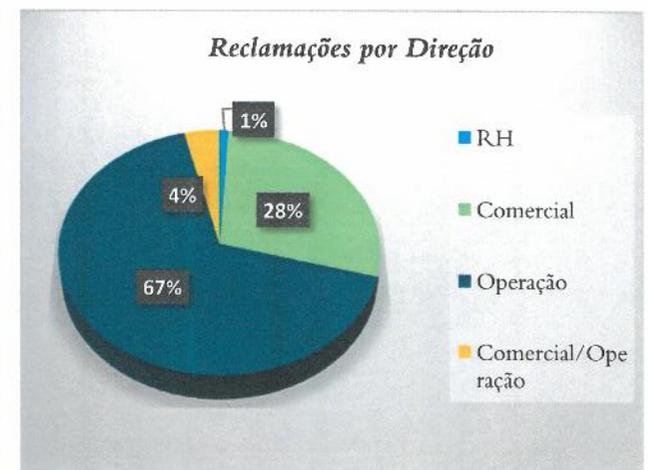
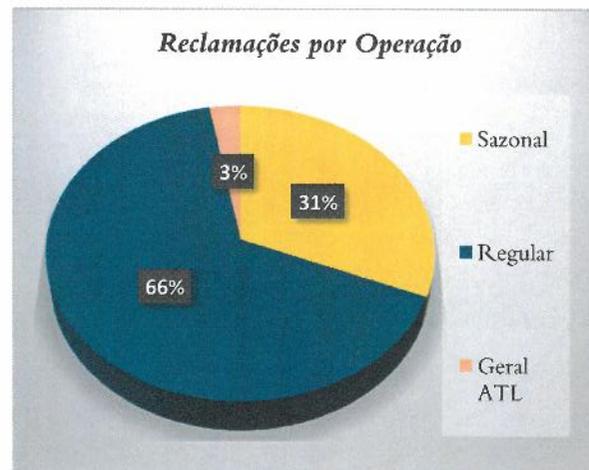
8 de fev. 2019

Ano de 2018 em análise - DORH

Reclamações

No ano de 2018 registaram-se 106 reclamações, o que representa um decréscimo de 20% face a 2017, ano em que se obtiveram 133 reclamações. Do universo das reclamações registadas em 2018, apenas 25 foram consideradas válidas, após análise conjunta da gestão da qualidade com os responsáveis de processo.

Os números acima referidos traduzem um rácio de 1 reclamação por cada 5 278 passageiros transportados, sendo que, no que diz às reclamações válidas, registamos 1 reclamação por cada 22 380 passageiros transportados.



Handwritten signature

ANO DE 2018 EM ANÁLISE : DIREÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



Ano de 2018 em análise - DSI

Sistemas de Informação

No âmbito dos Sistemas de Informação da Atlânticoline para a operação do ano de 2018 e segundo as áreas de competência desse departamento foram levadas a cabo as seguintes ações:

- Acompanhamento do sistema de gestão PHC;
- Implementação de um subsistema de gestão no âmbito das novas exigências do Sistema de Normalização Contabilista da Administração Pública (SNC-AP) nomeadamente:
 - Gestão e controle do orçamento anual;
 - Circuitos de requisições e cabimentos;
 - Relatórios.
- Sistema de Reservas Vendas e Embarque (SRVE) xFerry:
 - Operacionalização das vendas da operação regular;
 - Introdução de melhorias e otimizações.
- Gestão do website em utilização;
- Lançamento do novo website da Atlânticoline (<https://www.atlanticoline.pt/>), com reservas conjuntas da operação regular e sazonal;
- Implementação de solução integrada de gestão documental e de suporte a processos de decisão *E-Doclink*;
- Cooperação do DSI no Sistema de Gestão de Qualidade nas suas áreas de competência.



ANO DE 2018 EM ANÁLISE : DIREÇÃO DE MANUTENÇÃO

Manutenção

No decorrer do ano de 2018, efetuaram-se diversas intervenções, conforme plano de manutenção preventiva sistemática e condicionada. Foram também efetuadas algumas intervenções de manutenção corretiva, às embarcações propriedade da Atlânticoline.

Neste contexto, realizaram-se os seguintes investimentos por embarcação:

- Navio “Gilberto Mariano”: investimento na ordem dos 380 201,74€ (docagem obrigatória);
- Embarcação “Cruzeiro do Canal”: investimento na ordem dos 66 962,73€ (docagem obrigatória);
- Embarcação “Cruzeiro das Ilhas”: investimento na ordem dos 334 494,04€ (intervenção casco e máquinas);
- Lancha “Ariel”: investimento na ordem dos 5 968,74 € (intervenção máquinas);
- Embarcação “Expresso do Triângulo”: investimento na ordem dos 420,80€;
- Nova construção C-809: investimento na ordem dos 348,60€;

Manutenção

Descrição das intervenções por embarcação referentes ao ano de 2018:

<i>Gilberto Mariano</i>	
Conservação	334.608,00 €
Trabalhos Especializados	43.220,86 €
Ferramenta	2.372,88 €
Soma	380.201,74 €

<i>Ariel</i>	
Conservação	5.530,00 €
Trabalhos Especializados	330,39 €
Ferramenta	108,35 €
Soma	5.968,74 €

<i>Expresso do Triângulo</i>	
Trabalhos Especializados	420,80€
Soma	420,80€

<i>Cruzeiro do Canal</i>	
Conservação	51.716,00 €
Trabalhos Especializados	14.189,87 €
Ferramenta	1.056,86 €
Soma	66.962,73 €

<i>Cruzeiro das Ilhas</i>	
Conservação	320.180,00 €
Trabalhos Especializados	13.333,77 €
Ferramenta	980,27 €
Soma	334.494,04 €

<i>Nova Construção C-809</i>	
Trabalhos Especializados	348,60
Soma	348,60€

Handwritten signature

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

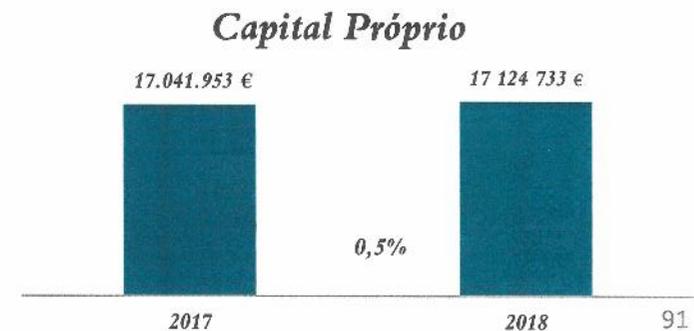
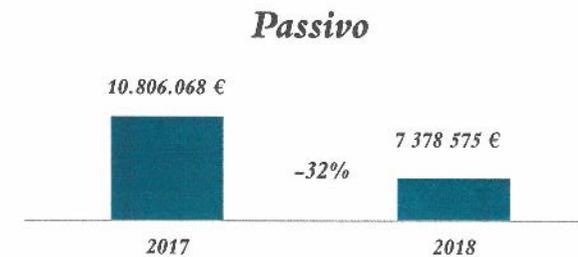
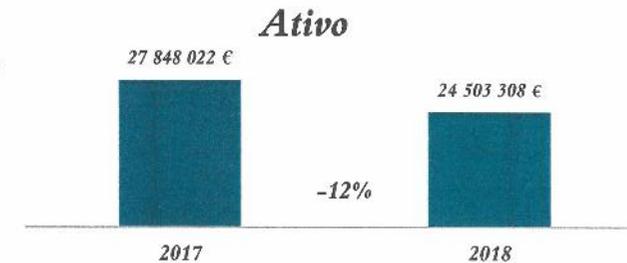
Análise Económica e Financeira

Balanço, Demonstração de Resultados e Indicadores

O sinistro com o navio Mestre Simão afetou significativamente o valor do imobilizado o qual, só em parte, foi compensado pelo investimento em curso na construção do novo navio. A redução da conta clientes contribuiu também para o decréscimo do ativo, que foi na ordem dos 12%.

Com a indemnização recebida, da seguradora, na sequência do referido sinistro, os compromissos com os fornecedores foram cumpridos e as contas correntes caucionadas tiveram uma utilização reduzida traduzindo-se num decréscimo do passivo em 32%, quando comparado com 2017

Balanço	2017	2018
Ativo		
Ativo não corrente	24 801 619 €	18 022 683 €
Ativo corrente	3 046 403 €	6 480 626 €
Total do ativo	27 848 022 €	24 503 308€
Total do capital próprio	17 041 953 €	17 124 733 €
Passivo		
Passivo não corrente	6 194 115 €	5 889 486 €
Passivo corrente	4 611 953 €	1 489 089 €
Total do passivo	10 806 068 €	7 378 575 €
Total do capital próprio e do passivo	27 848 022 €	24 503 308 €



Balanço, Demonstração de Resultados e Indicadores

Os resultados líquidos apresentam-se positivos na sequência do aumento do valor recebido, ao abrigo das OSP's, da mais valia obtida com o sinistro do navio Mestre Simão e da redução dos gastos na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos.

<i>Demonstração de Resultados</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>
71 Vendas	11 666 €	17 590 €
72 Prestação de Serviços	13 522 837 €	15 168 553 €
61 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-104 292 €	- 120 624 €
62 Fornecimentos e serviços externos	-12 495 361 €	- 12 044 560 €
63 Gastos com o Pessoal	-3 059 699 €	- 3 203 306 €
65 Perdas por Imparidade	47 565 €	- 79 193 €
76 Reversões	96 170 €	13 990 €
67 Provisões do exercício	- €	- €
78 Outros rendimentos	885 846 €	1 937 697 €
68 Outros gastos	-82 533 €	- 465 353 €
Res. antes de deprec., gastos de financiamento e impostos	-1 177 801 €	1 224 794 €
64 Gastos de depreciação e de amortização	-1 193 784 €	- 732 854 €
Res. Operacional (antes de gastos financeiros e impostos)	-2 371 585 €	491 940 €
79 Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	0 €	371 €
69 Gastos de financiamento	-309 122 €	- 232 494 €
Resultado antes de imposto	-2 680 707 €	259 818 €
81 Resultado líquido do Período	-15 535 €	-19 366 €
8121 Imposto estimado para o período	-15 535 €	- 19 366 €
Resultado líquido do período	-2 696 242 €	240 451 €

Os resultados líquidos positivos permitem apresentar indicadores económicos e financeiros mais vantajosos que no exercício anterior.

<i>Indicadores Económicos e Financeiros</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>Var 18/17</i>
<i>Liquidez Geral</i>	0,66	4,36	561%
<i>Rentabilidade dos capitais próprios</i>	-15,82%	1,40%	109%
<i>Rentabilidade das vendas</i>	-19,92%	1,58%	108%
<i>Rentabilidade do ativo</i>	-9,68%	0,98%	110%
<i>Prazo médio de recebimentos</i>	70	28	-61%
<i>Prazo médio de pagamentos</i>	57	18	-68%
<i>Autonomia financeira</i>	61%	70%	14%
<i>Endividamento</i>	39%	30%	-22%
<i>Solvabilidade</i>	158%	232%	47%

Rendimentos

Em 2018, a conta de rendimento totalizou o montante de 17 138 201€ e encontra-se subdividida pelas seguintes rúbricas:

<i>Rendimentos</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>Var. 18/17</i>
Vendas e Prestações de Serviços	13 534 502 €	15 186 143 €	12%
Reversões	143 735 €	13 990 €	-90%
Outros Rendimentos e Ganhos	884 054 €	1 937 697 €	119%
Juros, Div., e outros Rend. Similares	1 792 €	371 €	-79%
<i>Totais</i>	<i>14 564 083 €</i>	<i>17 138 201 €</i>	<i>18%</i>



Análise Económica e Financeira

Rendimentos

Vendas e Prestações de Serviços

Todos os rendimentos obtidos com a exploração de navios, nomeadamente a venda de bilhetes e de produtos, quer nos bares, quer nas lojas, encontram-se registados nas subcontas apresentadas no quadro.

A receita proveniente da prestação de serviços, no âmbito das OSP's, permitiu um acréscimo de 12% do valor das vendas e prestação de serviços.

A alteração de tipologia, de *HSC* para convencional, de um navio da operação sazonal, permitiu aumentar as vendas na área da restauração e de camarotes.

Registou-se uma redução de 31% na rubrica de rendimentos com origem nas entidades que habitualmente recorriam ao fretamento de navios no grupo central.

Rubricas	2017	2018	Var. 18/17
Loja	11 666 €	17 590 €	51%
Bares e Restaurantes	177 345 €	209 270 €	18%
Passageiros	12 311 266 €	13 927 198 €	13%
Viaturas	822 807 €	846 416 €	3%
Camarotes	- €	11 792 €	100%
Fretamentos de Navios	91 591 €	63 169 €	-31%
Outros Serviços	119 827 €	110 707 €	-8%
Totais	13 534 502 €	15 186 143 €	12%

Análise Económica e Financeira

Rendimentos

Rubricas	2017	2018	Var. 18/17
Rendimentos suplementares	18 304 €	1 938 €	-89%
Rendimentos em invest. não financeiros	- €	1 223 326 €	100%
Outros	865 750 €	712 433 €	-18%
Totais	884 054 €	1 937 697 €	119%

Rendimentos em investimentos não financeiros

O valor desta rubrica sofreu um grande crescimento devido ao facto de, no processo de regularização do sinistro do navio Mestre Simão, ter sido obtida uma mais valia a qual será totalmente reinvestida no novo navio cujo início de construção ocorreu no final do ano.

Regista, também, a mais valia com a venda do navio Expresso do Triângulo bem como as rendas dos apartamentos do edifício sito na cidade da Horta e que no exercício anterior estava registadas em Rendimentos Suplementares.

Outros Rendimentos

Os rendimentos registados nesta conta, isto é 712 433€, são na sua maioria relativos à imputação de subsídios ao investimento, à imputação de despesas incorridas por conta do armador dos navios fretados para realizar a operação sazonal, bem como indemnizações obtidas na sequencia dos vários gastos realizados na sequencia do sinistro do Mestre Simão.

Análise Económica e Financeira

Gastos

Os gastos ocorridos durante o ano de 2018, totalizaram 16 878 384€ conforme abaixo discriminado, sendo as contas de *FSE's* responsáveis por 71% dos mesmos, seguido pelos *Gastos com o pessoal* com 19% e *Outros gastos e Perdas*, com 3%.

<i>Gastos</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>Var 18/17</i>
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	104 292 €	120 624 €	16%
Fornecimento e serviços externos	12 495 361 €	12 044 560 €	-4%
Gastos com o pessoal	3 059 699 €	3 203 306 €	5%
Gastos de depreciação e de amortização	1 193 784 €	732 854 €	-39%
Perdas por imparidade	- €	79 193 €	100%
Outros gastos e perdas	82 533 €	465 353 €	464%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	309 122 €	232 494 €	-25%
<i>Totais</i>	<i>17 244 790 €</i>	<i>16 878 384 €</i>	<i>-2%</i>

Análise Económica e Financeira

Gastos

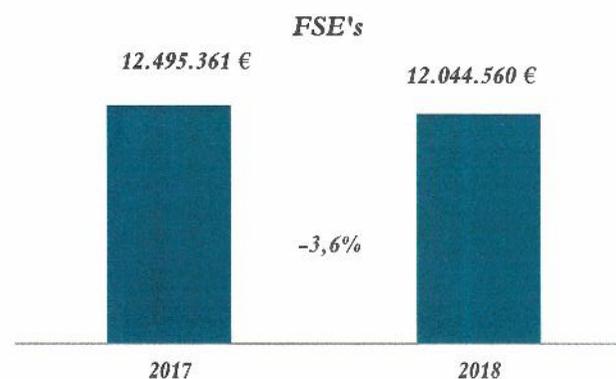
Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Em 2018, foram registadas nesta rubrica 120 624€, sendo 17 340€ relativos a mercadorias para as lojas dos navios Aqua Jewel e Mega Jet, e 103 284€ para os bares de todos os navios. O acréscimo destas gastos está associado ao aumento das vendas a bordo dos referidos navios, as quais cresceram 20%

CMVMC	2017	2018	Var. 18/17
Loja	13 277 €	17 340 €	31%
Bar e Restaurante	91 014 €	103 284 €	13%
Totais	104 292 €	120 624 €	16%

Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos, registados nesta rubrica, diminuíram 3,6% em relação a 2017. Em 2018, o montante foi de 12 044 560€ em que 49% são gastos em fretamento, 23% em combustíveis e 13% em encargos com a operação.



Análise Económica e Financeira

Gastos

Fornecimentos e Serviços Externos

A redução do nº de dias de operação e do valor *prorata* do custo de fretamento permitiu uma redução de 2% do valor desta rubrica.

O aumento de 49% na rubrica “Comissões” deve-se, por um lado ao resultado do incremento das vendas dos parceiros da empresa, bem como, e no âmbito e nos termos do contrato de fretamento, idênticas comissões ao armador dos navios.

Os encargos com a operação aumentaram 15% em relação a 2017, na sequência do aumento dos gastos em agenciamento, em 47% e dos custos portuários em 32%. Ainda nesta rubrica registam-se os gastos com as capitánias os quais cresceram 8%.

FSE's	2017	2018	Var. 18/17
Subcontratos	5 951 406 €	5 843 160 €	-2%
Serviços especializados	1 348 331 €	1 259 156 €	-7%
Trabalhos Especializados	255 877 €	270 301 €	6%
Publicidade e Propaganda	74 004 €	65 293 €	-12%
Vigilância e Segurança	4 857 €	3 205 €	-34%
Honorários	1 364 €	7 073 €	418%
Comissões	127 388 €	189 393 €	49%
Conservação e Reparação	884 661 €	723 892 €	-18%
Outros gastos	180 €	- €	-100%
Materiais de consumo	48 973 €	32 729 €	-33%
Ferramentas e Utensílios Desg. Rápido	30 951 €	9 405 €	-70%
Livros e Documentação Técnica	347 €	556 €	60%
Material de Escritório	15 747 €	22 611 €	44%
Artigos para Oferta	1 928 €	157 €	-92%
Energia e fluidos	1 014 660 €	2 739 574 €	-9%
Electricidade	21 095 €	15 283 €	-28%
Combustíveis	2 992 104 €	2 722 754 €	-9%
Água	1 462 €	1 537 €	5%
Outros Fluidos	- €	- €	-
Deslocações, estadas e transportes	311 867 €	265 767 €	-15%
Deslocações e Estadas	308 757 €	261 568 €	-15%
Transportes de Pessoal	- €	1 661 €	100%
Transportes de Mercadorias	3 111 €	2 539 €	-18%
Serviços diversos	1 820 124 €	1 904 176 €	5%
Rendas e Alugueres	175 657 €	152 800 €	-13%
Comunicação	61 834 €	57 213 €	-7%
Seguros	160 875 €	136 378 €	-15%
Contencioso e Notariado	1 294 €	162 €	-87%
Despesas de Representação	6 048 €	3 919 €	-35%
Limpeza, Higiene e Conforto	30 253 €	35 734 €	18%
Outros FSE	63 204 €	- €	-100%
Encargos com Operação	1 320 959 €	1 517 969 €	15%
Totais	12 495 361 €	12 044 560 €	-4%

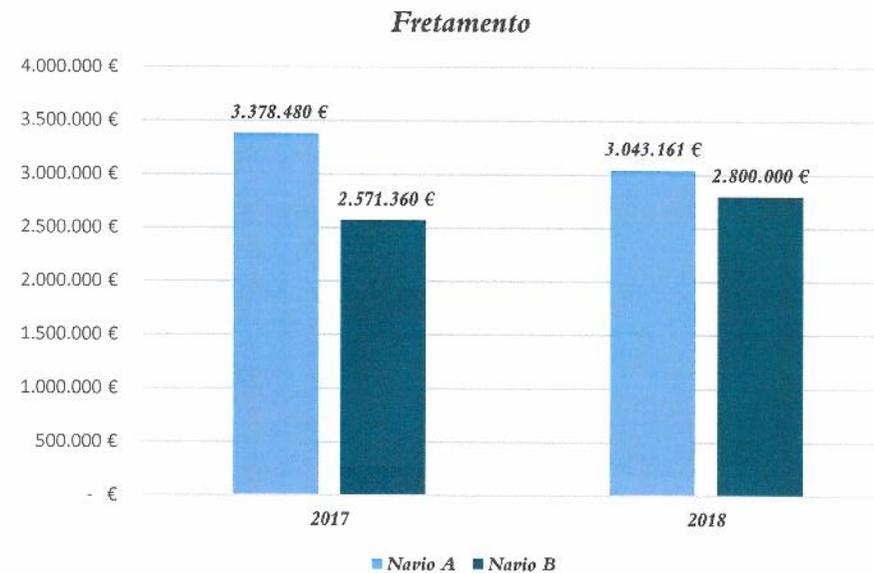
Handwritten signature

Análise Económica e Financeira

Gastos

Fornecimentos e Serviços Externos – Subcontratos

O fretamento dos navios da Operação Sazonal é a maior rubrica de gastos tendo, no ano de 2018, registado o valor de 5 843 160€, quando em 2017 este valor havia ascendido a 5 949 840€. O valor *prorata* do custo de fretamento de ambos os navios foi, em 2017, de 26 443,73€, enquanto que em 2018 ascendeu a 24 346,50€, representando uma redução de 8% em relação transato. O navio A operou em 130 dias, em 2017, e 150 dias, em 2018, enquanto que o navio B operou em 95 dias, em 2017 e 90 dias em 2018,



Análise Económica e Financeira

Gastos

Fornecimentos e Serviços Externos – Serviços Especializados

Trabalhos Especializados

Foram gastos 270 301€ em Trabalhos Especializados, realizados no âmbito da qualidade do serviço prestado pela Atlânticoline, das inspeções e certificações dos navios próprios e do protocolo de colaboração celebrado com a RIAC. Regista-se, assim, um aumento na ordem dos 6%, comparativamente ao ano de 2017. A uniformização do sistema de bilhética das operações sazonal e regular e as novas soluções móveis, cujo investimento decorreu ao abrigo do sistema de incentivos Competir +, bem como a implementação do sistema contabilístico SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística – Administração Pública) obrigou a vários desenvolvimentos informáticos os quais justificam o acréscimo de trabalhos especializados na área informática.

<i>Trabalhos Especializados</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>Var. 18/17</i>
Estudos, pareceres e consultadoria jurídica	29 104 €	26 451 €	-9%
Projetos e serviços de informática	36 383 €	63 102 €	73%
Estudos de organização, económico-financeiras e de aud.	32 670 €	30 670 €	-6%
Outros Trabalhos Especializados	157 720 €	150 078 €	-5%
<i>Totais</i>	<i>255 877 €</i>	<i>270 301 €</i>	<i>6%</i>

Análise Económica e Financeira

Gastos

Fornecimentos e Serviços Externos

Serviços Especializados

Conservação e Reparação

Os gastos em conservação e reparação da frota da Atlânticoline, absorveram 99% do total desta rubrica.

<i>Conservação e Reparação</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>Var. 18/17</i>
Conservação - Edifícios/Outras construções	6 472 €	496 €	-92%
Conservação - Equipamento Básico	874 835 €	720 502 €	-18%
Conservação - Equipamento Transporte	3 355 €	2 893 €	-14%
Conservação - Outros Activos Fixos Tangíveis	- €	- €	0%
Totais	884 661 €	723 892 €	-18%

<i>Conservação - Equipamento Básico</i>	<i>2018</i>
Ariel	5 530 €
Mestre Simão	2 292 €
Gilberto Mariano	334 608 €
Cruzeiro das Ilhas	320 180 €
Cruzeiro do Canal	51 716 €
Navio A	1 457 €
Navio B	4 720 €
Outros	0 €
Totais	720 502 €

Análise Económica e Financeira

Gastos

Fornecimentos e Serviços Externos - Energia e Fluidos

Combustível

Os gastos em combustível diminuíram em 9% em relação a 2017, não obstante o aumento do custo unitário do gasóleo. O aumento do consumo de combustível do Cruzeiro das Ilhas e Cruzeiro do Canal e, também do “Gilberto Mariano”, deve-se, essencialmente, à perda do navio “Mestre Simão”, e à superior utilização destes. A redução do consumo de combustível da Ariel deve-se, essencialmente, à redução do número de milhas navegadas em virtude dos cancelamentos ocorridos por condições meteorológicas e de mar adversas à navegação em segurança. A redução do consumo de combustível no navio A está diretamente relacionada com a alteração de fretamento de um navio de alta velocidade para um navio convencional.

<i>Combustível dos navios</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>Var. 18/17</i>
Ariel	32 796 €	28 293 €	-14%
Mestre Simão	402 802 €	30 210 €	-93%
Gilberto Mariano	708 187 €	947 551 €	34%
Cruzeiro das Ilhas	10 224 €	40 864 €	300%
Cruzeiro do Canal	44 039 €	79 294 €	80%
Navio A	1 020 778 €	737 527 €	-28%
Navio B	769 300 €	854 283 €	11%
Expresso do Triângulo	- €	- €	0%
<i>Totais</i>	<i>2 988 124 €</i>	<i>2 718 022 €</i>	<i>-9%</i>

Análise Económica e Financeira

Gastos

Fornecimentos e Serviços Externos – Serviços Diversos

<i>Rendas e Alugueres</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>Var. 18/17</i>
Rendas e Alug. de Edifícios	153 738 €	131 015 €	-15%
Rendas e Alug. Estacionamento	21 626 €	21 785 €	1%
Alugueres de Equipamentos	292 €	- €	-100%
Totais	175 657 €	152 800 €	-13%

<i>Comunicação</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>Var. 18/17</i>
Expedição Postal	1 338 €	1 515 €	13%
Comunicação - Voz, dados e internet	60 495 €	55 698 €	-8%
Totais	61 834 €	57 213 €	-7%

Análise Económica e Financeira

Gastos

Fornecimentos e Serviços Externos – Serviços Diversos

Os seguros associados ao navio Mestre Simão não foram renovados o que justifica a redução do valor.

<i>Seguros</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>Var. 18/17</i>
Seguro de Viaturas	2 207 €	2 056 €	-7%
Seguro - Responsabilidade Civil	26 123 €	23 545 €	-10%
Seguro - P&I	38 442 €	32 484 €	-15%
Seguro Marítimo/Casco	93 265 €	77 557 €	-17%
Seguro - Acidentes Pessoais	163 €	568 €	248%
Seguro Multirrisco	674 €	168 €	-75%
Seguro - Mercadorias Transportadas	- €	- €	0%
Totais	160 875 €	136 378 €	-15%

Análise Económica e Financeira

Gastos

Gastos com o Pessoal

O valor registado em gastos com o pessoal foi de 3 203 306€, que representam um incremento de 4,7% relativamente a 2017.

Na rubrica *Remunerações*, constante do mapa, estão incluídos os ordenados base, subsídios de férias e natal, IHT, férias não gozadas, diuturnidades e despesas de representação. Nos *outros gastos* incluem-se os subsídios de alimentação, subsídios de embarque, de turno, abonos para falhas, ajudas de custo, prémio de produtividade, horas extraordinárias, formação, seguro de acidentes de trabalho, fardamento, medicina no trabalho, recrutamento e refeições do pessoal. Do total de gasto com os órgãos sociais, 48 % dizem respeito ao Presidente e os restantes 52 % aos dois Administradores (um executivo e um não executivo).

Verificou-se, em 2018, um aumento dos gastos com pessoal decorrente da Lei, no pagamento integral das diuturnidades, e do Acordo de Empresa revisto.

<i>Gastos com Pessoal</i>	<i>Remunerações</i>	<i>Encargos Sociais</i>	<i>Outros Gastos</i>	<i>Totais</i>
Órgãos Sociais	131 105 €	29 219 €	7 387 €	167 711 €
Estrutura	724 343 €	209 406 €	389 526 €	1 323 274 €
Ariel	48 212 €	14 802 €	36 770 €	99 784 €
Gilberto Mariano	456 585 €	192 483 €	421 331 €	1 070 399 €
Mestre Simão	- €	- €	- €	- €
Cruzeiro das Ilhas	70 341 €	19 112 €	24 622 €	114 075 €
Cruzeiro do Canal	48 715 €	16 721 €	35 376 €	100 812 €
Master Jet	71 361 €	24 789 €	99 760 €	195 910 €
Mega Jet	34 503 €	11 476 €	85 362 €	131 341 €
<i>Totais</i>	<i>1 585 164 €</i>	<i>518 008 €</i>	<i>1 100 134 €</i>	<i>3 203 306 €</i>

H/S.
B

Análise Económica e Financeira

Gastos

Gastos de Depreciação e Amortização

O decréscimo desta rubrica deve-se à perda de um bem amortizável, o navio Mestre Simão, do fim do período de amortização de equipamento administrativo. A aquisição de uma moto, no valor de 19 235€, para o transporte de bagagem implicou um aumento das amortizações do equipamento de transporte.

A aquisição, no final de 2017, de uma nova versão do software de gestão da empresa, para fazer face ao novo sistema contabilístico SNC-AP, teve maior impacto, em 2018, traduzindo-se num incremento das amortizações do ativo intangível.

<i>Gastos de depreciação e amortização</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>Var. 18/17</i>
<i>Propriedades de investimento</i>	<i>6 380 €</i>	<i>6 380 €</i>	
Edifícios e outras construções	6 380 €	6 380 €	0%
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	<i>1 176 223 €</i>	<i>708 571 €</i>	
Edifícios e outras construções	13 031 €	13 031 €	0%
Equipamento básico	1 106 755 €	631 623 €	-43%
Equipamento de transporte	20 522 €	35 012 €	71%
Equipamento administrativo	13 002 €	6 208 €	-52%
Ferramentas e Utensílios	- €	- €	0%
Outros Activos fixos tangíveis	22 912 €	22 696 €	-1%
<i>Ativos Intangíveis</i>	<i>11 181 €</i>	<i>17 903 €</i>	
Programas de computador	11 181 €	17 903 €	60%
<i>Totais</i>	<i>1 193 784 €</i>	<i>732 854 €</i>	<i>-39%</i>

Gastos

Outros Gastos e Gastos por Juros e Outros Encargos

Na rúbrica Outros gastos foram inscritos os gastos decorrentes do sinistro com o navio Mestre Simão.

Com o recebimento da indemnização, relativa ao sinistro do Mestre Simão, no início do exercício, bem como das OSP's no final do ano, não foi necessário recorrer às contas correntes caucionadas permitindo assim uma poupanças nos gastos de financiamento.

Os juros do valor descontado resultam do empréstimo, sem juros, obtido ao abrigo do SIDER, para as obras de recuperação do Cruzeiro do Canal.

<i>Outros Gastos</i>	2017	2018	<i>Var. 18/17</i>
Impostos e taxas	49 407 €	23 596 €	-52%
Gastos nos restantes investimentos financeiros	- €	25 000 €	100%
Gastos em investimentos não financeiros	- €	805 €	100%
Outros	33 126 €	415 953 €	1156%
Totais	82 533 €	465 353 €	464%

<i>Gastos por juros e outros encargos</i>	2017	2018	<i>Var. 18/17</i>
Juros suportados	180 911 €	120 068 €	-34%
Serviços Bancários	120 093 €	109 996 €	-8%
Juros valor descontado	8 118 €	2 430 €	-70%
Totais	309 122 €	232 494 €	-25%

Declaração

O Conselho de Administração da Atlânticoline, S.A., declara que tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante na documentação da prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e que o Relatório de Gestão reflete o desempenho da empresa.

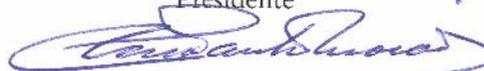
Nos termos legais vem propor à Assembleia Geral a seguinte aplicação de resultados:

- Reserva legal ----- 24.045,12€
- Resultados transitados ----- 216.406,11€

○ Conselho de Administração,

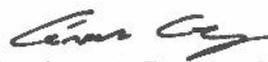
Carlos Manuel Redondo Faias

Presidente



Luis Paulo de Oliveira Morais

Vogal Executivo



César Augusto Formiga Cruz

Vogal Não Executivo

Ponta Delgada, 19 de março de 2019

108

Agenda das Atas do Conselho de Administração

Ata 1/2018, de 29 de janeiro de 2018

- Aprovação e assinatura da Ata 16/2017;
- Voto de Louvor e Reconhecimento;
- Procedimento de Combustível Operação Ariel 2018;
- Fornecimento de Combustível Operação Regular de Passageiro 2018;
- Mapa de fundos disponíveis – mês de dezembro;
- Mapa de saldos de clientes – mês de dezembro;
- Mapa de pagamentos a fornecedores – mês de dezembro.

Ata 2/2018, de 18 de fevereiro de 2018

- Processo disciplinar – José Orlando Duarte.

Ata 3/2018, de 28 de fevereiro de 2018

- Aprovação e assinatura da Ata 02/2018;
- Presidência do Governo – Despacho nº 261/2018 de 6 de fevereiro de 2018;
- Renovação do contrato de prestação de serviços com a empresa A. Jacinto & Pereira da Silva, SROC, Lda;
- Recibo de Indemnização;
- Aplicação financeira do valor da indemnização;
- Regularização de Saldo Hotel Caravelas;
- Contrato de Trabalho a Termo Certo;
- Mapa de fundos disponíveis – mês de janeiro;
- Mapa de saldos de clientes – mês de janeiro;
- Mapa de pagamentos a fornecedores – mês de janeiro.

Ata 04/2018, de 11 de março de 2018

- Aprovação e assinatura da Ata nº 03/2018;
- Proposta de Alteração Orçamental para enquadramento das propostas financeiras de fretamento de navios para a operação sazonal da empresa.

Ata 5/2018, de 16 de março de 2018

- Aprovação e assinatura da Ata 04/2018;
- Aprovação do Plano e Orçamento Retificativo para 2018.

Ata 06/2018, de 26 de março de 2018

- Aprovação e assinatura da Ata 05/2018;
- Presidência do Governo – Despacho nº 454/2018 de 21 de março de 2018;
- Voto de Reconhecimento e Louvor do Município da Madalena;
- Voto de Louvor da Assembleia Municipal das Lages do Pico;
- Proposta para Adjudicação de Serviços de Conceção e Desenvolvimento, Produção e Meios da Campanha de Divulgação para 2018;
- Fornecimento de Combustível para os navios da Operação Regular de Passageiros, ano de 2018;
- Trabalhos a mais referentes à docagem 2018 da embarcação “Gilberto Mariano”;
- Datas para conclusão do Sistema de gestão de Qualidade (SGQ);
- Mapa de saldos de clientes - mês de fevereiro;
- Mapa de fundos disponíveis - mês de fevereiro;
- Mapa de pagamentos a fornecedores - mês de fevereiro.

Agenda das Atas do Conselho de Administração

Ata 7/2018, de 28 de março de 2018

- Aprovação e assinatura da Ata 06/2018;
- Procedimento de Negociação Direta para a adjudicação da construção de um Navio de 41 metros para operar na Região Autónoma dos Açores.

Ata 08/2018, de 14 de abril de 2018

- Aprovação e assinatura da Ata 07/2018;
- Aprovação do relatório e contas de 2017.

Ata 09/2018, de 26 de abril de 2018

- Aprovação e assinatura da Ata 08/2018;
- Representação da Atlânticoline, S.A., Ilhas de Valor, S.A.;
- Recertificação da embarcação “Expresso do Triângulo”;
- Aquisição de Moto 4 Operação Sazonal;
- Procedimento de Combustível Navio A-Operação Sazonal, abril-maio;
- Mapa de férias do pessoal da Atlânticoline, S.A.;
- Celebração de contrato de trabalho a Termo Certo – Paulo Reis Coutinho;
- Recrutamento de Trabalhadores para a operação de Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas de 2018;
- Ponto Nove: Recrutamento de Chefes de Hotel Staff para a Operação de Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas de 2018;
- Protocolos de Colaboração;
- Proposta de produtos para os menus da operação sazonal de 2018;
- Mapa de saldos de clientes;
- Mapa de fundos disponíveis;
- Mapa de pagamentos a fornecedores.

Ata 10/2018, de 29 de maio de 2018

- o Aprovação e assinatura da Ata 09/2018;
- o Presidência do Governo – Despacho nº 769/2018 de 14 de maio;
- o Voto de Congratulação – Tripulação do navio “Mestre Simão”;
- o Contrato de arrendamento para espaço comercial;
- o Contrato de arrendamento para habitação;
- o Alienação do navio “Expresso do Triangulo”;
- o Mapa de saldos de clientes–mês de abril;
- o Mapa de fundos disponíveis– mês de abril;
- o Mapa de pagamentos a fornecedores–mês de abril.

Ata 11/2018, de 27 de junho de 2018

- o Processo disciplinar – João Pereira.

Ata 12/2018, de 30 de junho de 2018

- o Aprovação e assinatura das Atas nºs 10/2018 e 11/2018;
- o Adenda ao contrato de remoção dos escombros do navio Mestre Simão;
- o Fornecimento de combustível Navio A–Operação Sazonal, meses junho-julho;
- o Fornecimento de combustível Navio B–Operação Sazonal, meses junho-julho;
- o Mapa de saldos de clientes–mês maio;
- o Mapa de fundos disponíveis–mês de maio;
- o Mapa de pagamentos a fornecedores–mês de maio.

Agenda das Atas do Conselho de Administração

Ata 13/2018, de 30 de julho de 2018

- Aprovação e assinatura da Ata n.º 12//2018;
- Segunda Alteração ao Contrato de Prestação de Serviços de Transporte Horta/ Madalena/ Horta; Horta/ S. Roque/ Velas/ S. Roque/ Horta; Horta/ S. Roque/ Velas/ Calheta/ A. Heroísmo/ Sta. Cruz da Graciosa/ A. Heroísmo/ Calheta/ Velas/S. Roque/ Horta;
- Acordo de Compensação de Créditos entre a Região Autónoma dos Açores e a Atlânticoline;
- Acordo de Revisão de Acordo da Empresa;
- Fornecimento de Combustível Navio A - Operação Sazonal - meses julho-agosto;
- Fornecimento de Combustível Navio B - Operação Sazonal - meses julho-agosto;
- Estatísticas Operação Sazonal - maio e junho de 2018;
- Mapa de saldos de clientes-mês junho;
- Mapa de fundos disponíveis-mês de junho;
- Mapa de pagamentos a fornecedores-mês de junho.

Ata 14/2018, de 2 de agosto de 2018

- Doação da embarcação "Espalamaca" à Região Autónoma dos Açores.

Ata 15/2018, de 3 de agosto de 2018

- Cumprimento da Resolução do Conselho de Governo n.º 74/2018, de 2010 de junho. Transmissão de 0,28% do capital social das Ilhas de Valor.

Ata 16/2018, de 31 de agosto de 2018

- Aprovação e assinatura das Atas nº 14/2018 e 15/2018;
- Acordo de Empresa de 05 de agosto de 2018;
- Aditamento ao Acordo de Empresa de 05 de agosto de 2018;
- Reclassificação do Quadro de Pessoal da Empresa;
- Apresentação do novo Organograma da Empresa;
- Nomeação de Diretores por Comissão de Serviço;
- Atribuição de Isenções de Horário;
- Renovação de Contratos de Trabalho;
- Adjudicação de serviço para o desenvolvimento de aplicação móvel;
- Regulamento de Transporte Marítimo de Doentes no Triângulo;
- Reparação do Fundo da Embarcação “Cruzeiro das Ilhas”;
- Apresentação de proposta de Orçamento para 2019;
- Fornecimento de Combustível Navio A – Operação Sazonal – meses de agosto e setembro;
- Fornecimento de Combustível Navio B – Operação Sazonal – meses de agosto e setembro;
- Fornecimento de Combustível para os navios da Operação Regular – meses de agosto e setembro;
- Estatística Operação Regular e Sazonal – julho de 2018;
- Mapa de saldos de clientes – mês de julho;
- Mapa de fundos disponíveis – mês de julho;
- Mapa de pagamentos a fornecedores – mês de julho;
- Renovação da Conta Corrente Caucionada Montepio Geral;
- Consulta parceiros financeiros para aumento de plafond das contas correntes caucionadas;
- Consulta ao mercado P&I (*Protection and Indemnity*)
- Alteração Orçamental

Ata 17/2018, de 28 de setembro de 2018

- o Aprovação e assinatura das Ata nº 16/2018;
- o Celebração dos Contratos de Gestão com os Gestores Públicos Executivos;
- o Compromisso de Proteção de Dados e Privacidade;
- o Renovação Conta Corrente Caucionada Caixa Económica Montepio Geral;
- o Reparação do Fundo da Embarcação “Cruzeiro das Ilhas”;
- o Renovação de contrato de trabalho;
- o P&I (*Protection and Indemnity*) – American Club;
- o Estatísticas da operação regular e sazonal – meses de julho, agosto e setembro;
- o Mapa de fundos disponíveis – mês de agosto;
- o Mapa de saldos de clientes – mês de agosto;
- o Mapa de pagamentos a fornecedores – mês de agosto.

Ata 18/2018, de 26 de outubro de 2018

- o Aprovação e assinatura da Ata nº 17/2018;
- o Adjudicação de Software de Gestão de Qualidade;
- o Proposta de Adjudicação de serviço de Manning;
- o Plafond Contas Correntes Caucionadas (CCC);
- o Pagamento do excedente da operação sazonal;
- o Direito de opção fretadores navios da operação sazonal 2019;
- o Denúncia cautelar por Condições de Resseguro;
- o Mapa de saldo de clientes relativo ao mês de setembro, conforme documento apresentado pela Direção Administrativa e Financeira;
- o Mapa de fundos disponíveis mês de setembro;
- o Mapa de pagamentos a fornecedores mês de setembro;
- o Estatísticas da Operação regular e sazonal dos meses de julho, agosto e setembro.

Agenda das Atas do Conselho de Administração

Ata 19/2018, de 23 de novembro de 2018

- Aprovação e assinatura da Ata nº 18/2018;
- Renovação de Contrato de Trabalho – Bruno Moniz Silva Bettencourt Pinto;
- Renovação de Contrato de Trabalho – António Manuel Tavares Lourdes;
- Fornecimento de Combustível para os navios da operação regular de passageiros, ano de 2018, meses de novembro e dezembro;
- Reparação do Fundo da Embarcação “Cruzeiro das Ilhas”;
- Análise dos Principais Indicadores da Operação Sazonal Atlânticoline 2018;
- Donativo à Instituição de Solidariedade Social “Mãe de Deus”;
- Autorização Cabimento “American Club”;
- Autorização Cabimento Fundo de Maneio;
- Abate do Imobilizado;
- Renovação do Seguro Marítimo Casco Embarcação “Gilberto Mariano”;
- Mapa de saldos de clientes mês de outubro;
- Mapa de fundos disponíveis mês de outubro;
- Mapa de pagamentos a fornecedores mês de outubro;
- Deliberação Avulsa;

Ata 20/2018, de 11 de dezembro de 2018

- Aprovação e assinatura da Ata n.º 19/2018;
- Plano e Orçamento para o ano de 2019.

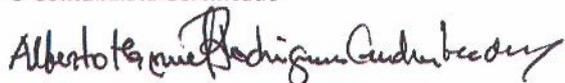
Ata 21/2018, de 28 de dezembro de 2018

- Aprovação e assinatura da Ata nº 20/2018;
- Presidência do Governo - Despacho nº 2150/2018, de 14 de dezembro de 2018 – Tolerância de Ponto;
- Plano Anual de Serviço de Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas na R.A.A., para o ano de 2019;
- Proposta de Nome para o navio substituto do “Mestre Simão”;
- Sistema de Gestão da Qualidade - Certificação NP ISO 9001:2015;
- Renovação de contrato de trabalho – Bruno Moniz Silva Bettencourt Pinto;
- Renovação de contrato de trabalho – Bruno Gabriel da Silva Ferreira;
- Renovação de contrato de trabalho – Paulo Reis Coutinho;
- Classificação Bureau Veritas embarcação “Gilberto Mariano”;
- Fornecimento de Combustível para os Navios da Operação Regular - Grupo Central, para três meses;
- Fornecimento de Combustível para a Operação Regular da embarcação “ARIEL“, para 3 meses;
- Aquisição de Filtros de Combustível, Lubrificantes e Admissão de Ar para a embarcação “Gilberto Mariano”;
- Fornecimento de Óleos Lubrificantes - Operação Regular de 2019;
- Aquisição de duas Máquinas Principais Novas, para a embarcação “Cruzeiro das Ilhas;
- Intervenção Preventiva das 18.000 Horas das Máquinas Principais da embarcação “Gilberto Mariano”;
- Mapa de Fundos Disponíveis – mês de novembro;
- Mapa de saldos de clientes – mês de novembro;
- Mapa de Pagamentos a Fornecedores – mês de novembro.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2018	2017
Vendas	13	17.590	11.666
Prestações de serviços	13	15.168.553	13.522.837
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-120.624	-104.292
Fornecimentos e serviços externos	23.1	-12.044.560	-12.495.361
Gastos com o pessoal	23.2	-3.203.306	-3.059.699
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.7	-65.203	47.565
Provisões	15	-	96.170
Outros rendimentos e ganhos	23.3	1.938.068	885.846
Outros gastos e perdas	23.4	-465.353	-82.533
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto		1.225.165	-1.177.802
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3, 5 e 8	-732.854	-1.193.784
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e imposto)		492.311	-2.371.585
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	7	-232.494	-309.122
Resultado antes de impostos		259.818	-2.680.707
Imposto sobre o rendimento do período	18.9	-19.366	-15.535
Resultado líquido do período		240.451	-2.696.242

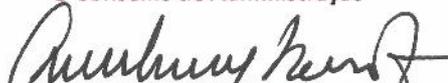
O Contabilista Certificado



Alberto Manuel Rodrigues Cardoso Medeiros

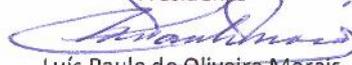
CC nº 1703

O Conselho de Administração



Carlos Manuel Redondo Faias

Presidente



Luís Paulo de Oliveira Morais

Vogal executivo

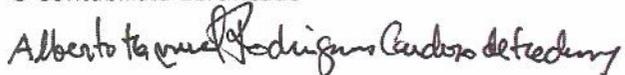


César Augusto Formiga da Cruz

Vogal não executivo

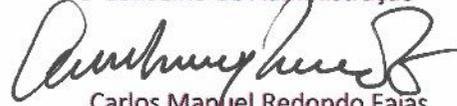
Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total ou património líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	7.145.400,00	445.490,49	-1.772.658,09	13.668.994,05	884.845,43	20.372.071,88
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação dos resultados de 2016	-	88.484,54	796.360,89	-	-884.845,43	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-633.876,36	-	-633.876,36
	-	88.484,54	796.360,89	-633.876,36	2.696.242,22	-633.876,36
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					-2.696.242,22	-2.696.242,22
RESULTADO INTEGRAL					-2.696.242,22	-2.696.242,22
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	7.145.400,00	533.975,03	-976.297,20	13.035.117,69	-2.696.242,22	17.041.953,30
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	7.145.400,00	533.975,03	-976.297,20	13.035.117,69	-2.696.242,22	17.041.953,30
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação dos resultados de 2017	-	-	-2.696.242,22	-	2.696.242,22	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-157.671,33	-	-157.671,33
	-	-	-2.696.242,22	-157.671,33		-157.671,33
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					240.451,23	240.451,23
RESULTADO INTEGRAL					240.451,23	240.451,23
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	7.145.400,00	533.975,03	-3.672.539,42	12.877.446,36	240.451,23	17.124.733,20

O Contabilista Certificado

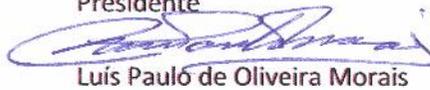


Alberto Manuel Rodrigues Cardoso Medeiros
CC nº 1703

O Conselho de Administração



Carlos Manuel Redondo Faias
Presidente

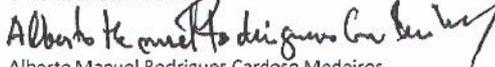


Luís Paulo de Oliveira Moraes
Vogal executivo


César Augusto Formiga da Cruz
Vogal não executivo

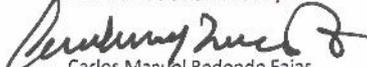
RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		16.390.816	16.011.837
Subsídios à exploração		-	148.158
Pagamentos a fornecedores		13.583.980	12.795.614
Pagamentos ao pessoal		2.937.302	2.754.803
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>32.912.098</u>	<u>609.578</u>
Pagamentos/Recebimentos imposto sobre rendimento			120.711
Outros recebimentos/pagamentos		511.946	384.391
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		<u>33.424.044</u>	<u>1.114.680</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		2.328.937	24.250
<i>Ativos intangíveis</i>			39.136
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		9.178.921	
<i>Investimentos financeiros</i>			
<i>Subsídios ao investimento</i>			133.692
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		<u>6.849.983</u>	<u>70.305</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		893.000	12.179.500
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		3.061.304	13.039.896
<i>Juros e gastos similares</i>		226.464	334.894
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		<u>-2.394.769</u>	<u>-1.195.290</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		<u>37.879.259</u>	<u>-10.305</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		30.007	40.313
Caixa e seus equivalentes no fim do período		37.909.266	30.007
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		30.007	40.312
= Saldo da gerência anterior		30.007	40.312
<i>De execução orçamental</i>		30.007	40.313
<i>De operações de tesouraria</i>			
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>4.866.703</u>	<u>30.007</u>
= Saldo para a gerência seguinte		4.866.703	30.007
<i>De execução orçamental</i>		4.866.703	30.007
<i>De operações de tesouraria</i>			

O Contabilista Certificado


Alberto Manuel Rodrigues Cardoso Medeiros

CC nº 1703

O Conselho de Administração


Carlos Manuel Redondo Faias

Presidente


Luís Paulo de Oliveira Morais

Vogal executivo


César Augusto Formiga da Cruz

Vogal não executivo

Nota introdutória - Adoção pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas - SNC-AP

A **ATLÂNTICOLINE, S.A.** é uma entidade pública reclassificada (EPR) que adotava como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilístico. A entrada em vigor, em 2018, do Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), que inclui no seu âmbito as entidades públicas reclassificadas, obrigou à transição para este referencial contabilístico.

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Públicas (“NCP”) expressas do sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto de Lei 192/2015, de 11 de setembro e de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, tendo a ATLÂNTICOLINE, S.A. preparado o seu balanço de abertura na data de transição a 1 de janeiro de 2017.

As demonstrações financeiras até 31 de dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e baseadas na estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do SNC.

No processo de transição das políticas contabilísticas anteriormente adotadas no SNC para o SNC-AP, a Administração considerou inexistir qualquer ajustamento ao último balanço preparado de acordo com o normativo anterior. Desta forma, os valores comparativos relativos ao exercício de 2017 não foram re-expressos por também não ser necessário refletir quaisquer ajustamentos e, desta forma, não é apresentada a reconciliação e descrição dos impactos, da transição do normativo anterior para o SNC-AP, no património líquido, resultado do período e fluxos de caixa.

1 - Identificação da entidade e período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: ATLANTICOLINE, S A

Número de matrícula no registo comercial: 512091773

Página da internet: <https://www.atlanticoline.pt>

Endereço: RUA CONSELHEIRO MIGUEL DA SILVEIRA N 31 HORTA

Tutela: Região Autónoma dos Açores

Designação da entidade que controla final: Portos dos Açores, S.A.

Sede da entidade que controla final: Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral, Horta

A ATLÂNTICOLINE, S.A. é uma sociedade anónima, constituída por escritura pública de 13 de outubro de 2005, detida pela Portos dos Açores, S.A. (83,97%) e pela Região Autónoma dos Açores.

res (16,03%).

A ATLÂNTICOLINE rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e, quando aplicável, por disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema regional de transporte marítimo e com a própria empresa.

O objeto principal da ATLÂNTICOLINE é a exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias, fazendo igualmente parte integrante do seu objeto a prestação de serviços de pilotagem e de reboque e a gestão náutica e comercial de navios, podendo explorar navios próprios ou de terceiros, como afretador a tempo ou em casco nu, com ou sem opção de compra, como locatário, ou ainda como fretador a tempo ou à viagem.

Foi adjudicado à ATLÂNTICOLINE o contrato denominado de “Fornecimento do Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e de Viaturas na Região Autónoma dos Açores”, celebrado em 23 de fevereiro de 2017 durante o período de 32 meses contados a partir desta data, terminando a 31 de dezembro de 2019, e pode ser prorrogado por um período máximo de 12 meses, pelo valor máximo de 37.995.944 euros, pagável em:

2017 – 7.998.485

2018 – 9.999.153

2019 – 9.999.153

2020 – 9.999.153

1.2 - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as quais contemplam os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

Sempre que não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor, ao Sistema de Normalização Contabilística e, depois, às normas internacionais de contabilidade, adotadas na União Europeia, e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

De referir que as notas indicadas neste anexo seguem a sequência numérica do modelo de

notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo que as notas às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

Apresentação apropriada das demonstrações financeiras e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimento e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceptual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2019.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

46

[Handwritten signatures]

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

Compensação de saldos e transações

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

Fluxos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Entidade não dispõe de quaisquer saldos de caixa e seus equivalentes com restrição de uso nos períodos apresentados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição de caixa e seus equivalentes era a seguinte:

	2018	2017
Numerário	14 665	7 254
Depósitos à ordem	4 852 038	22 754
	<u>4 866 703</u>	<u>30 007</u>

Os descobertos bancários, quando existem, são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica financiamentos obtidos.

2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidas de acordo com o SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionadas com operações de financiamento.

A Entidade classifica os ativos e os passivos em correntes, quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

2.2- Outras políticas contabilísticas relevantes

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado.

(a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP, e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado que geralmente variam entre três e seis anos, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

(b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis para uso administrativo e operacional encontram-se registados ao custo, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP, e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso. Também os encargos com estudos e projetos e outras despesas diretamente relacionadas com a construção de navios estão registados em Investimentos em curso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

As taxas de depreciação correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Equipamento básico	4 a 25
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revisitos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospecti-

vamente nas demonstrações financeiras.

(c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da Entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os ativos fixos tangíveis.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respetivos itens de gastos. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de propriedades de investimento.

(d) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

(e) Imparidade de ativos

A Entidade avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta que são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestarem um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda.

As quantias escrituradas desses ativos são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável do ativo ou conjunto de ativos.

A quantia recuperável do ativo ou de serviço é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O valor de uso de um ativo (i) gerador de caixa é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado e da sua alienação no final da sua vida útil e (ii) não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. Sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

(f) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial no item "Investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial". Os investimentos em entidades em que a ATLÂNTICOLINE não detém qualquer influência significativa são apresentados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerado "Goodwill", sendo reconhecido separadamente no ativo e amortizado por um período de 10 anos nos casos em que a sua vida útil não pôde ser estimada com fiabilidade. Caso a diferença seja negativa ("Goodwill negativo"), é reconhecido na demonstração dos resultados.

Quando a proporção da Entidade nos prejuízos acumulados da empresa associada ou partici-

padas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

(g) Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra e é determinado utilizando o método do custo médio ponderado. A diferença entre o custo de aquisição e o valor estimado de realização ou de mercado, quando mais baixo, encontra-se registada na rubrica de perdas por imparidade acumuladas.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

(h) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, ou ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são: (i) Devedores



por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos; (ii) Clientes, contribuintes e utentes; (iii) Fornecedores; e (iv) Financiamentos obtidos.

Os ativos e passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

(i) Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(j) Caixa e depósitos bancários

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

(k) Fornecedores e outras contas a pagar

Os Fornecedores e outras conta a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(l) Financiamentos bancários

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

(m) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

(n) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(o) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Entidade desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(p) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

(q) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. A Entidade analisa com

regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

(r) Rendimentos de transações

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos provenientes da venda de bens é reconhecido quando a Entidade (i) tiver transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens; (ii) não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) possa fiavelmente mensurar a quantia do rendimento; (iv) tiver garantido que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados com a transação possam fluir; e (v) possa fiavelmente mensurar os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Os rendimentos no âmbito do contrato de fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e veículos entre as ilhas do arquipélago dos Açores assume a natureza de compensação no preço do passageiro transportado não diretamente suportado pelos seus utilizadores e é assegurado mediante transferências a efetuar pelo orçamento da Região Autónoma dos Açores no âmbito do contrato denominado de “Fornecimento do Serviço Público de

Transporte Marítimo de Passageiros e de Viaturas na Região Autónoma dos Açores”.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. A Entidade mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

A Entidade quando satisfaz uma obrigação presente, reconhecida como um passivo, com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios e outros apoios das entidades públicas atribuídos, a fundo perdido, a projetos de investimento e no exercício de atividades exercidas e não financiadas no âmbito do contrato de fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas, entre as ilhas do arquipélago dos Açores, apresentados pelo ATLÂNTICOLINE são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

(s) Benefícios dos empregados

A ATLÂNTICOLINE reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.



Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

(t) Especialização de gastos e rendimentos

A ATLÂNTICOLINE regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de "Outros créditos a receber e a pagar e Diferimentos".

(u) Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), em vigor na Região Autónoma dos Açores, à taxa de 16.80% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa de IRC aplicável ao próximo período económico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

(v) Matérias ambientais

A Entidade reconhece os dispêndios de carácter ambiental, bem com os ativos e passivos com eles relacionados. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

(w) Acontecimentos após a data de relato

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

2.3 - Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requerer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade. Em 2018, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas que eram adotadas em períodos anteriores.

2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo o Conselho de Administração procedido à avaliação da capacidade da Entidade operar em continuidade e concluiu que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades, não havendo a intenção de as cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Os fatores relacionados com o desempenho futuro estão associados aos níveis de financiamento que estão garantidos através do contrato denominado de “Fornecimento do Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e de Viaturas na Região Autónoma dos Açores”, celebrado em 23 de fevereiro de 2017 durante o período de 32 meses contados a partir desta data, terminando a 31 de dezembro de 2019, e pode ser prorrogado por um período máximo de 12 meses.

2.5 - Divulgações sobre alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e/ou em períodos anteriores e/ou futuros

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.



Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Entidade.

Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela ATA, para os períodos apresentados.

2.6 - Juízos de valor crítico se principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

A estimativa e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no período subsequente nas quantias relatadas nos ativos e passivos e nos rendimentos e gastos do período estão relacionadas com as quantias a receber das entidades públicas que, em algumas situações, já apresentam uma antiguidade razoável e, consequentemente, podem afetar o equilíbrio financeiro da ATLÂNTICOLINE, assim como a determinação da vida útil dos ativos fixos tangíveis e dos impostos correntes e diferidos.

2.7 Alterações nas estimativas contabilísticas

A Entidade não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

2.8 Erros materiais de períodos anteriores

Não foi identificado em 2018 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos períodos apresentados resume-se como segue:

96
[Handwritten signature]

	2018	2017
Saldo inicial	202 857	155 046
Aquisições:		
Programas informáticos e outros	150 193	58 992
Amortizações do ano	(17 903)	(11 181)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>335 147</u>	<u>202 857</u>
Em exploração	335 147	41 302
Investimento em curso	<u>335 147</u>	<u>161 555</u>
		<u>202 857</u>

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no ano resume-se como segue:

	31 de dezembro de 2018				Saldo em 31-12- 2018
	Saldo em 01-01- 2018	Aquisições / Dotações	Transferências	Abates	
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	166 004	-	-	-	166 004
Equipamento básico	23 466 883	-	-	(10 223 045)	13 243 838
Equipamento de transporte	159 319	11 349	-	(9 855)	160 813
Equipamento administrativo	660 265	-	30 407	-	690 672
Outros ativos fixos tangíveis	273 096	-	-	-	273 096
Investimentos em curso	62 227	2 051 360	(30 407)	-	2 083 180
	<u>24 787 795</u>	<u>2 062 709</u>	<u>-</u>	<u>(10 232 900)</u>	<u>16 617 604</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	30 207	13 566	-	-	43 773
Equipamento básico	7 069 177	631 623	-	(2 173 178)	5 527 622
Equipamento de transporte	116 669	35 012	-	(9 855)	141 826
Equipamento administrativo	643 915	6 208	(130)	-	649 993
Outros ativos fixos tangíveis	233 635	22 696	-	-	256 331
	<u>8 093 603</u>	<u>709 105</u>	<u>(130)</u>	<u>(2 183 033)</u>	<u>6 619 545</u>
Valor líquido	<u>16 694 192</u>				<u>9 998 059</u>

	31 de dezembro de 2017				Saldo em 31-12- 2017
	Saldo em 01-01- 2017	Aquisições / Dotações	Transferências	Correções/ Abates	
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	473 270	-	(307 266)	-	166 004
Equipamento básico	23 463 253	3 630	-	-	23 466 883
Equipamento de transporte	159 319	-	-	-	159 319
Equipamento administrativo	659 055	1 210	-	-	660 265
Outros ativos fixos tangíveis	273 096	-	-	-	273 096
Investimentos em curso	62 227	-	-	-	62 227
	<u>25 090 221</u>	<u>4 840</u>	<u>(307 266)</u>	<u>-</u>	<u>24 787 795</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	88 495	13 566	(71 854)	-	30 207
Equipamento básico	5 962 423	1 106 755	-	-	7 069 177
Equipamento de transporte	96 146	20 522	-	-	116 669
Equipamento administrativo	630 913	13 002	-	-	643 915
Outros ativos fixos tangíveis	210 722	22 912	-	-	233 635
	<u>6 988 699</u>	<u>1 176 758</u>	<u>(71 854)</u>	<u>-</u>	<u>8 093 603</u>
Valor líquido	<u>18 101 522</u>				<u>16 694 192</u>

O montante registado na rubrica de Investimentos em curso está relacionado com a construção de um navio de 41 metros, cujo contrato de construção foi fixado em 10.198.000 euros.

Os abates registados estão maioritariamente associados ao sinistro grave com o navio Mestre Simão ocorrido em janeiro de 2018.

A indemnização, decorrente do desreconhecimento deste ativo, atribuída pela entidade seguradora perfaz o montante de 9.178.921 euros.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nesta rubrica resume-se como segue:

	2018	2017
Ativo bruto		
Saldo em 1 de janeiro	307 266	-
Transferência de ativos fixos tangíveis	-	307 266
Saldo em 31 de dezembro	<u>307 266</u>	<u>307 266</u>
Depreciações e perdas por imparidades acumuladas		
Saldo em 1 de janeiro	(77 699)	-
Transferência de ativos fixos tangíveis	-	(71 854)
Depreciações do ano	(5 845)	(5 845)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(83 544)</u>	<u>(77 699)</u>
Valor líquido em 31 de dezembro	<u>223 722</u>	<u>229 567</u>

Este imóvel encontra-se em regime de arrendamento tem gerado rendas no período no montante de 19.125 euros (em 2017 – 15.830 euros).

Como indicado na Nota 8, o imóvel está hipotecado para garantir o pagamento de um empréstimo bancário.

10. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2018	2017
Inventário inicial	90 128	87 578
Compras	102 333	106 842
Inventário final	<u>(71 837)</u>	<u>(90 128)</u>
Custo das vendas	<u>120 624</u>	<u>104 292</u>
Inventário final	71 837	90 128
Perdas por imparidades de inventários	-	-
Saldo líquido	<u>71 837</u>	<u>90 128</u>

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a **ATLÂNTICOLINE**, obteve a seguinte receita no desenvolvimento da sua atividade:

	2018	2017
Vendas		
Vendas de produtos a bordo	17 590	11 666
Serviços prestados		
Transporte de:		
Passageiros	3 931 744	4 313 204
Viaturas e carga	945 030	822 807
	4 876 774	5 136 011
Outros serviços	20 186	119 404
Freamento de navios	63 169	91 591
Bares e restaurantes	209 270	177 345
	5 169 400	5 524 352
Obrigações serviço público	9 999 153	7 998 485
Prestações de serviços	15 168 553	13 522 837

Em conformidade com as condições previstas no contrato mencionado na nota 1 do anexo, todas as obrigações de prestação de serviço de transporte público foram cumpridas e, conseqüentemente, reconhecida a totalidade da receita contratualmente prevista.

15. PROVISÕES E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de Provisões teve o seguinte movimento:

	Efeito fusão	Reposição	Saldo final
Banco Popular	96 170	(96 170)	-
Pessoal	3 000	-	3 000
	<u>99 170</u>	<u>(96 170)</u>	<u>3 000</u>

Em 2018, esta rubrica não teve qualquer movimento e o saldo de 3.000 euros que transita de períodos anteriores é respeitante a uma eventual indemnização a pagar a um ex-funcionário. Em 2017, procedeu-se à anulação da provisão constituída na sociedade incorporada, em 2015, por se ter concluído pela inexistência de qualquer obrigação presente resultante de acontecimentos passados.

Em 31 de dezembro de 2018 existiam as seguintes garantias bancárias:

- 72.234 euros junto do Santander Totta relativo à concessão de um incentivo financeiro ao abrigo do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Estratégico SIDER;

- 759.919 euros junto do Millennium BCP para caucionar o Contrato de Fornecimento de Serviço Público de Transporte de Passageiros e Viaturas na Região Autónoma dos Açores.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existiam quaisquer ativos contingentes.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais ativos e passivos financeiros são apresentados nos parágrafos seguintes:

18.1. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Está registado nesta rubrica ao custo de aquisição a joia de inscrição de 1.000 euros realizada em 2009 na Associação de Armadores da Marinha do Comércio, a participação financeira de 5% adquirida por 32.277 euros na empresa MAREAÇOR – Transportes Marítimos dos Açores, Lda. e 8.946 respeitantes ao Fundo de Compensação do Trabalho (em 2017 - 6.822 euros). Em 2018, procedeu-se ao desreconhecimento da participação na ILHAS DE VALOR, S.A., que estava reconhecida ao custo de 25.000 euros, em conformidade com a deliberação do Governo Regional dos Açores sobre a reestruturação do setor público empresarial (Nota 23).

18.2. DEVEDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS NÃO REEMBOLSÁVEIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo devidos pelas entidades públicas apresentadas resultam de acordos de serviços a prestar e de financiamento de aquisições de ativos fixos e, também de obrigações de prestação de serviço de transporte público em anos anteriores e resumem-se como segue:

	2018	2017
Saldos correntes		
Pousadas da Juventude	695 316	490 000
Direção Regional da Solidariedade Social	174 800	174 800
Direção Regional dos Transportes	-	1 287 682
	<u>870 116</u>	<u>1 952 482</u>
Saldos não correntes		
Região Autónoma dos Açores		
Serviço público de 2012 e 2014	4 760 205	4 946 577
Construção de navios 40 m de 2015 e 2014	2 663 325	2 663 325
	<u>7 423 530</u>	<u>7 609 902</u>
	<u>8 293 646</u>	<u>9 562 384</u>

O saldo devido pela Região Autónoma dos Açores de 7.423.530 euros que transita de anos anteriores foi classificado como não corrente por não existir informação disponível sobre o período em que ocorrerá o seu reembolso.

O saldo a receber de 4.760.205 euros foi corrigido em 186.372 euros por contrapartida da rubrica de Outros gastos (Nota 23).

A classificação das quantias escrituradas nas contas Clientes e Outros créditos a receber é mostrada no balanço de acordo com informação disponível sobre o período em que ocorrerá o seu reembolso.

18.3. CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2018	2017
Empresa-mãe		
Portos dos Açores	3 867	4 169
Outros clientes	293 892	682 554
Clientes de cobrança duvidosa	121 829	56 626
	419 588	743 349
Perdas por imparidades acumuladas	(121 829)	(56 626)
	<u>297 759</u>	<u>686 723</u>

18.4. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2018	2017
Acréscimos de rendimentos	25 000	25 000
Outros devedores:		
Subsídios para investimentos	204 539	
Outros	45 698	78 737
	275 237	103 737
Perdas por imparidades acumuladas	(24 346)	(24 346)
	<u>250 891</u>	<u>79 391</u>

18.5. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica Perdas por imparidade acumuladas de clientes e outros créditos a receber, teve o seguinte movimento durante o ano:

	Em 31 de dezembro de 2018			
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Cientes, contribuintes e utentes	56 626	79 193	(13 990)	121 829
Outras contas a receber	24 346	-	-	24 346
	<u>80 972</u>	<u>79 193</u>	<u>(13 990)</u>	<u>146 175</u>

	Em 31 de dezembro de 2017			
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Cientes, contribuintes e utentes	104 191	-	(47 565)	56 626
Outras contas a receber	24 346	-	-	24 346
	<u>128 537</u>	<u>-</u>	<u>(47 565)</u>	<u>80 972</u>

As perdas por imparidade dos clientes e outros créditos a receber são registadas quando existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação e estão evidenciadas na demonstração dos resultados pelo valor líquido apurado entre as perdas e as reversões.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o efeito líquido na demonstração dos resultados das perdas e reversão foi de 65.203 euros e 47.665 euros, respetivamente

18.6. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de 7.789 euros respeitava a seguros liquidados de períodos subsequentes.

18.7. CREDITORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

No âmbito do SIDER, foi atribuído à **ATLÂNTICOLINE** um incentivo reembolsável sem juros, no valor de 103.001 euros, que se vence em prestações semestrais iguais e sucessivas de 8.026 euros, sendo a última em 31 de março de 2023. A maturidade deste incentivo reembolsável sem juros mensurado ao custo amortizado pode ser assim representada:

Anos	2018	2017
2018	-	15 840
2019	15 861	15 420
2020	15 483	15 011
2021	15 115	14 613
2022	14 755	14 226
2023	7 245	6 971
	<u>68 459</u>	<u>82 082</u>

As prestações que se vencem em 2020 e períodos seguintes estão classificadas no balanço como um passivo não corrente no montante de 52.598 euros (em 2017 – 66.242 euros).

18.8. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os principais saldos credores destas rubricas eram os seguintes:

	2018	2017
Fornecedores		
Portos dos Açores	73 331	645 179
Outros	<u>550 128</u>	<u>1 335 768</u>
	<u>623 459</u>	<u>1 980 947</u>
Fornecedores de investimento		
Outros	<u>142 000</u>	<u>76 280</u>
Outras contas a pagar		
Remunerações a liquidar	284 327	230 442
Outros acréscimos de gastos	15 470	15 470
Penalizações contratuais	55 250	55 250
Outros credores	<u>3 941</u>	<u>8 570</u>
	<u>358 989</u>	<u>309 733</u>

O saldo de 2.884.422 euros e 2.919.739 reconhecido em Outras contas a pagar em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente, e classificado no balanço como não corrente corresponde ao ajustamento do imposto sobre o rendimento, a pagar no futuro, que incidiu sobre os subsídios ao investimento que são reconhecidos em fundos próprios (Nota 18.12).

18.9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos devedores e credores resumem-se como se segue:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
IRC a pagar/recuperar	-	19 737	77 028	-
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	18 852	-	19 094
Trabalho independente	463	-	-	139
Rendimentos profissionais	-	1 094	-	2 188
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	9 781	-	130 412	-
IVA - reembolsos pedidos	105 286	-	-	-
Contribuições para a segurança social	-	49 257	232	50 015
Outras tributações	-	616	-	2 857
	<u>115 531</u>	<u>89 557</u>	<u>207 671</u>	<u>74 294</u>

A **ATLÂNTICOLINE** está abrangida pela tributação geral em vigor na Região Autónoma dos Açores, de que resulta estar sujeita à taxa reduzida de 16,8%, acrescida de uma taxa de 1,5% de derrama, que incide sobre o lucro tributável das sociedades.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a reconciliação entre o resultado contabilístico e o fiscal resume-se como se segue:

	2018	2017
Resultado antes de impostos	259 818	-2 680 707
Diferenças permanentes:		
Gastos não dedutíveis	767 235	26 814
Rendimentos não tributáveis	(1 218 847)	(675)
Matéria Coletável	<u>(191 794)</u>	<u>(2 654 568)</u>
Estimativa do ano:		
Tributações autónomas	19 811	17 021
Pagamentos por conta	-	(93 690)
Retenções na fonte	<u>(74)</u>	<u>(358)</u>
IRC a pagar/a recuperar	<u>19 737</u>	<u>(77 027)</u>

O imposto sobre o rendimento registado na demonstração dos resultados por naturezas compreende:

	2018	2017
Imposto corrente	(19 811)	(17 021)
Imposto diferido	445	1 486
	<u>(19 366)</u>	<u>(15 535)</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. As autoridades fiscais poderão, também, efetuar correções sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquela declaração de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos porque a Administração entende que não existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar até ao período findo de reporte.

18.10. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos resume-se como segue:

	Em 31 de dezembro de 2018							Saldo final
	Constituição		Reversão		Alteração de taxa			
	Saldo inicial	Capitais próprios	Resultados do ano	Resultados do ano	Capitais próprios	Resultados do ano	Capitais próprios	
Passivos por impostos diferidos								
Valores a pagar à RAA	961	-	(445)	-	-	-	-	516
Valores a pagar a fornecedores e outros credores	174	-	-	-	-	-	-	174
	<u>1 135</u>	<u>-</u>	<u>(445)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>690</u>

	Em 31 de dezembro de 2017							Saldo final
	Constituição		Reversão		Alteração de taxa			
	Saldo inicial	Capitais próprios	Resultados do ano	Resultados do ano	Capitais próprios	Resultados do ano	Capitais próprios	
Passivos por impostos diferidos								
Valores a pagar à RAA	2 447	-	-	(1 486)	-	-	-	961
Valores a pagar a fornecedores e outros credores	174	-	-	-	-	-	-	174
	<u>2 621</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1 486)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 135</u>

Na determinação dos passivos por impostos diferidos foi aplicada a taxa de IRC em vigor, na Região Autónoma dos Açores (16,8%) acrescida da taxa de derrama municipal de 1,5%, correspondendo a uma taxa agregada de 18,3% (em 2017 – 18,3%).

18.11. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os financiamentos obtidos estavam assim subdivididos:

	Corrente		Não corrente	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos bancários	245 396	245 396	2 943 322	3 188 718
Conta corrente caucionada	4 000	1 898 000	-	-
Locações financeiras	9 827	11 464	5 453	15 280
	<u>259 223</u>	<u>2 154 860</u>	<u>2 948 775</u>	<u>3 203 998</u>

Em 31 de dezembro de 2018, existiam contas correntes caucionadas disponíveis em várias instituições de crédito, tendo sido constituídas como garantia, livranças e cartas de conforto, que podem atingir o limite autorizado de sete milhões e quinhentos mil euros e que estavam utilizadas em 4.000 euros.

Estes financiamentos obtidos serão reembolsados na base do seguinte plano:

	Empréstimos bancários	Locação financeira	Total
2019	249 396	9 828	259 223
2020	245 396	5 031	250 426
2021	<u>2 697 926</u>	<u>423</u>	<u>2 698 349</u>
	<u>3 192 718</u>	<u>15 281</u>	<u>3 207 996</u>

Sobre o empréstimo de médio e longo prazo junto da instituição financeira Caixa Económica Montepio Geral foi constituída, como garantia, a hipoteca de um prédio urbano sito na Rua Nova, freguesia das Angústias, concelho da Horta (Nota 8). Este empréstimo bancário, com prestação de capital e juros mensais, será totalmente reembolsado em 22 de março 2021.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os financiamentos foram remunerados a uma taxa média de 3,21% e 2,14%, respetivamente.

18.12. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O capital social da **ATLÂNTICOLINE**, integralmente subscrito e realizado em dinheiro e em espécie, é representado por 1.429.080 ações nominativas com valor nominal de 5 euros, cada uma, conforme indicado na Nota 6.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas pela sociedade Portos dos Açores, SGPS, S.A. (1.200.000 ações - 83,97%) e pela Região Autónoma dos Açores (229.080 ações - 16,03%).

De acordo com a legislação vigente, a Sociedade é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 10% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

Conforme deliberado em Assembleia Geral realizada em 15 de abril de 2018 o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de 240.451 euros, foi transferido para reservas legais o valor de 24.045,12 euros e a parte remanescente de 216.406,11 euros para Resultados transitados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio que contempla exclusivamente os subsídios ao investimento líquidos dos impostos associados teve o seguinte movimento:

	2018	2017
Subsídio ao investimento		
Saldo em 1 de janeiro	15 954 857	16 730 715
Subsídios atribuídos	204 538	-
Transferência para resultados	(397 527)	(775 858)
Desreconhecimento de subsídios	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>15 761 868</u>	<u>15 954 857</u>
Ajustamentos aos impostos		
Saldo em 1 de janeiro	(2 919 739)	(3 061 721)
Subsídios atribuídos	(37 431)	-
Transferência para resultados	72 747	141 982
Desreconhecimento de subsídios	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(2 884 422)</u>	<u>(2 919 739)</u>
Valor líquido	<u>12 877 446</u>	<u>13 035 118</u>

Conforme referido na Nota 5, o navio Mestre Simão, abatido, em 2018, tem associado um subsídio ao investimento de 7.944.961 euros, que é evidenciado nesta rubrica líquido de impostos no montante de 6.491.034 euros.

20. PARTES RELACIONADAS

O capital social da **ATLÂNTICOLINE** é representado por 1.429.080 ações nominativas com valor nominal de 5 euros, cada uma. Em conformidade com o contrato de sociedade, estas ações só poderão pertencer à Região Autónoma dos Açores, a entidades públicas empresariais ou sociedades de capitais exclusivamente públicos. Em 31 de dezembro de 2018, as ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas pela sociedade Portos dos Açores, S.A. (1.200.000 ações – 83,97%) e pela Região Autónoma dos Açores (229.080 ações – 16,03%).

As demonstrações financeiras da ATLÂNTICOLINE são incorporadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Portos dos Açores.

Em 2018 e 2017 foram efetuadas as seguintes transações com o acionista Portos dos Açores, SA (Nota 6):

	2018	2017
Fornecimentos e serviços externos	<u>888 755</u>	<u>621 857</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a **ATLÂNTICOLINE** apresentava os seguintes saldos devedores e credores com este acionista (Nota 18):

	2018	2017
Fornecedores	<u>73 331</u>	<u>718 535</u>
Clientes	<u>3 867</u>	<u>4 169</u>

23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

Apresentamos algumas divulgações complementares nos parágrafos abaixo.

23.1 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

As principais rubricas de gastos relacionadas com o serviço público de transporte marítimo de veículos e passageiros entre as ilhas do arquipélago dos Açores estão incluídas nos Fornecimentos e serviços externos, conforme listagem abaixo:

	2018	2017
Aluguer de navios	5 843 160	5 951 406
Trabalhos especializados	270 301	255 877
Vigilância e segurança	3 205	4 857
Conservação e reparação	723 892	884 661
Outros	261 758	196 535
Materiais	32 729	48 973
Eletricidade	15 283	21 095
Combustíveis	2 722 754	2 988 124
Outros	1 537	1 462
Deslocações, estadas e transportes	265 767	311 867
Seguros	136 378	160 875
Limpeza, higiene e conforto	35 734	30 253
Outros	1 732 064	1 639 377
	<u>12 044 560</u>	<u>12 495 361</u>

O valor da rubrica Trabalhos Especializados resulta essencialmente dos gastos com os serviços informáticos, jurídicos, económicos e de contabilidade e revisão de contas.

23.2 GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal nos anos de 2018 e 2017 detalham-se conforme se segue:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	136 837	138 367
Remunerações do pessoal	2 309 627	2 144 433
Encargos sobre remunerações	527 996	491 802
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	57 849	129 791
Gastos de acção social	4 250	569
Indemnizações	5 620	
Outros	161 126	154 737
	<u>3 203 306</u>	<u>3 059 699</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o número médio de empregados era de 113 e 112, respetivamente.

A rubrica Outros engloba gastos com formação, fardamento e refeições do pessoal nos navios.

O Revisor Oficial de Contas, no exercício das funções de Fiscal Único, foi remunerado no período de 2018 em 10.020 euros (em 2017 – 10.020 euros).

23.3 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os Outros rendimentos tinham a seguinte composição:

	2018	2017
Rendimentos suplementares	1 938	3 274
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Mestre Simão (Nota 5)	1 129 201	-
Outros	75 000	-
Rendas em propriedades de investimento (Nota 8)	19 125	15 030
Subsídios ao investimento (Nota 18.12)	397 527	775 858
Outros	315 278	91 684
	<u>1 938 068</u>	<u>885 846</u>

No exercício de 2018, na rubrica de Outros estão registadas maioritariamente imputação de despesas incorridas por conta do armador dos navios fretados, no montante de 73.017 euros, para realizar a operação sazonal (em 2017 – 88.103 euros), bem como valores recebidos para compensação dos gastos incorridos com o sinistro do navio Mestre Simão, no montante de 227.195 euros e a mais-valia de 1.129.201 euros correspondente à diferença do seu abate e a indemnização atribuída. As outras despesas suportadas neste âmbito estão reconhecidas na rubrica de Outros gastos e perdas, no montante de 213.610 euros.

Nesta rubrica estão também reconhecidas as rendas pela utilização parcial do imóvel da Rua Nova das Angústias, referido na nota 8, nos montantes de 19.125 euros e 15.830 euros, respetivamente, em 2018 e 2017.

23.4 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Outros gastos tinham a seguinte composição:

	2018	2017
Impostos	23 596	49 407
Outros gastos e perdas		
Correções relativas a períodos anteriores	188 313	335
Quotizações	1 147	1 350
Donativos	331	535
Multas e penalidades	6 614	
Outros	245 353	30 905
	<u>465 353</u>	<u>82 533</u>

Como indicado na nota 18.2, o saldo da Região Autónoma dos Açores foi corrigido em 186.372 euros.

Na rubrica Outros está contemplado vários gastos suportados com o sinistro do navio Mestre Simão, no total de 213.610 euros e o desconhecimento da participação no capital social da ILHAS DE VALOR, no montante de 25.000 euros (Nota 18.1).

23.5 JUROS, RENDIMENTOS E GASTOS DE FINANCIAMENTO

Os juros e outros rendimentos similares e gastos e perdas de financiamento dos anos de 2018 e 2017 tinham a seguinte composição:

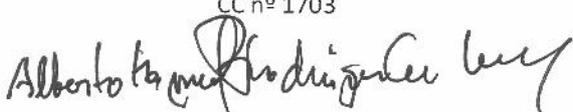
	2018	2017
Gastos e perdas de financiamento		
Juros de financiamentos obtidos	120 068	180 911
Juros valor descontado	2 430	8 118
Outros gastos e perdas de financiamento:		
Comissões bancárias	109 996	120 093
	<u>232 494</u>	<u>309 121</u>

As comissões bancárias estão essencialmente relacionadas com as contas correntes caucionadas e garantias bancárias.

O Contabilista Certificado

Alberto Manuel Rodrigues Cardoso Medeiros

CC nº 1703



O Conselho de Administração

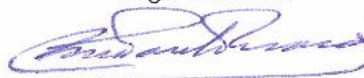
Carlos Manuel Redondo Faias

Presidente



Luís Paulo de Oliveira Morais

Vogal executivo



César Augusto Formiga da Cruz

Vogal não executivo





**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

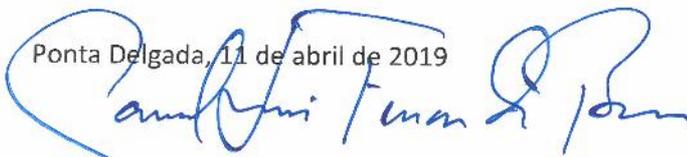
Senhores acionistas,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vimos emitir o nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas da **ATLÂNTICOLINE, S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as quais compreendem o Balanço, as Demonstrações dos resultados por natureza, das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

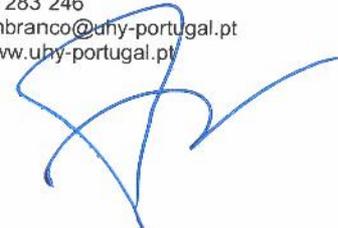
1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade. Como referido em anos anteriores, o momento de recuperação de alguns créditos da Região Autónoma dos Açores de antiguidade relativa podem determinar um agravamento da tesouraria de exploração da Entidade, que apresenta um desequilíbrio entre ativos e passivos correntes em 31 de dezembro de 2018, em face da reclassificação desses saldos como não correntes.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício, tendo presente as matérias referidas na Certificação Legal de Contas emitida nesta data.
5. A Entidade preparou pela primeira vez demonstrações orçamentais históricas, com resultados não totalmente conseguidos em termos de reporte, não sendo possível apresentar ainda as demonstrações do desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa e de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

6. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
7. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:
 - (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e
 - (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 11 de abril de 2019



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ATLÂNTICOLINE, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 24.503.308 euros e um total de fundos próprios de 17.124.733 euros, incluindo um resultado líquido de 240.451 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

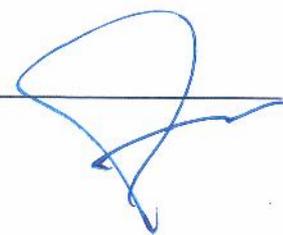
Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ATLÂNTICOLINE, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Existem saldos devidos pela Região Autónoma dos Açores que perfazem o montante de 7.423.530 euros que transitam de anos anteriores e estão classificados como ativos não correntes e, nestas circunstâncias, não nos podemos pronunciar sobre o montante e o momento de realização daquelas créditos a receber em 31 de dezembro de 2018.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Ênfase

A Entidade não desenvolveu ainda as bases de um sistema de contabilidade de gestão, de acordo com a NCP 27 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, que define os requisitos gerais para a sua apresentação e divulgação.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

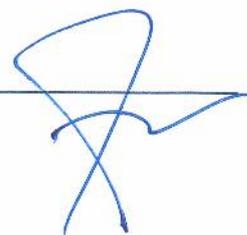
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do



que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Não emitimos uma opinião sobre as demonstrações orçamentais da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita, a demonstração da execução orçamental da despesa e a demonstração de execução do plano plurianual

de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, porque se encontram ainda em fase de avaliação e conciliação.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 11 de abril de 2019



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)